



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

O PERFIL SOCIOPOLÍTICO DE CANDIDATURAS EVANGÉLICAS: um estudo das
eleições municipais de 2016 e 2020

RAFAEL CAVALCANTE LISBOA DA CONCEIÇÃO

Belém – Pará
2024

RAFAEL CAVALCANTE LISBOA DA CONCEIÇÃO

O PERFIL SOCIOPOLÍTICO DE CANDIDATURAS EVANGÉLICAS: um estudo das
eleições municipais de 2016 e 2020

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal do Pará, para a
obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Augusto da Silva Souza.

Belém - Pará
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

D111p da Conceição, Rafael.
O perfil sociopolítico das candidaturas Evangélicas : Um estudo das eleições municipais de 2016 e 2020 / Rafael da Conceição. — 2024.
64 f. : il.

Orientador(a): Prof. Dr. Carlos Augusto Souza
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em Ciência Política, Belém, 2024.

1. eleições municipais. 2. eleições evangélicas. 3.
candidatos evangélicos. 4. representação religiosa. I.
Título.

CDD 324.981

O PERFIL SOCIOPOLÍTICO DE CANDIDATURAS EVANGÉLICAS: um estudo das
eleições municipais de 2016 e 2020

Por

RAFAEL CAVALCANTE LISBOA DA CONCEIÇÃO

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Augusto da Silva Souza (Orientador)
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Rodrigo Dolandeli dos Santos (Examinador Interno)
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Roberto Ramos Santos (Examinador Externo)
Universidade Federal de Roraima

Julgada e aprovada em: 27/12/2024

Belém - Pará
2024

Aos meus pais, esposa e filha, com carinho.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho necessita de modestos agradecimentos como forma de reconhecimento pela importância que tiveram determinadas pessoas que muito me auxiliaram no seu planejamento e execução.

Quero expressar minha mais profunda gratidão ao meu orientador, Prof. Dr. Carlos Augusto de Souza, que com paciência e atenção, acompanhou-me desde o início do Mestrado até sua finalização.

Agradeço aos integrantes da banca de qualificação, professores Rodrigo Dolandeli e Gustavo Ribeiro, pelas sugestões e observações cirúrgicas que auxiliaram no percurso desta dissertação.

Agradeço igualmente aos membros da banca de defesa, prof. Rodrigo Dolandeli e Roberto Ramos, cujas sugestões auxiliaram na forma final assumida por este trabalho.

Agradeço aos meus pais, Walmir Lisboa e Cirlene Maria Cavalcante pelo apoio desmedido às condições necessárias que me propiciaram o início dos estudos.

Meus agradecimentos sem estendem aos professores do PPGCP, especialmente a Dolores Silva, Eugênia Cabral, Bruno Rubiatti, Rayza Sarmiento e Murilo Junqueira pelos conhecimentos transmitidos ao longo do curso.

Não poderia esquecer do apoio administrativo que recebi ao longo do mestrado, portanto, meus agradecimentos contemplam a colaboração de Delice Macedo e Ingrid Domingues.

Manifesto meus agradecimentos aos colegas de Mestrado Robério Rosa, Jailson Lopes e ao meu orientador, Prof. Dr. Carlos Augusto Souza por todo apoio financeiro nos momentos mais difíceis que enfrentei no início e durante o programa.

Por fim, não poderia deixar de agradecer à minha esposa Raphaelly Cherene e a minha filha Antonella Cherene Lisboa, pela companhia, suporte e apoio familiar na condução deste trabalho. A todas estas pessoas são devidos os méritos deste trabalho.

Quando não houver saída
Quando não houver mais solução
Ainda há de haver saída
Nenhuma ideia vale uma vida
Quando não houver esperança
Quando não restar nem ilusão
Ainda há de haver esperança
Em cada um de nós, algo de uma criança
Enquanto houver sol
Enquanto houver sol
Ainda haverá
Enquanto houver sol
Enquanto houver sol
Quando não houver caminho
Mesmo sem amor, sem direção
A sós ninguém está sozinho
É caminhando que se faz o caminho
Quando não houver desejo
Quando não restar nem mesmo dor
Ainda há de haver desejo
Em cada um de nós, aonde Deus colocou
Enquanto houver sol
Enquanto houver sol
Ainda haverá
Enquanto houver sol

Enquanto Houver Sol - Titãs

RESUMO

Esta pesquisa foi desenvolvida com o intuito de analisar a participação de candidatos evangélicos na esfera eleitoral, utilizando como *locus* de investigação as eleições municipais realizadas em 2016 e 2020 nos diversos municípios que compõem a geografia política do Brasil. Sinteticamente o objetivo consiste em compreender o perfil das candidaturas de pessoas evangélicas no processo de formação das bancadas legislativas na esfera do poder local, com base em indicadores de diferenciação social como: gênero, raça, escolaridade, faixa etária e ideologia partidária. Os dados foram organizados com base no repositório de dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral e dão sustentação para a tese de que mesmo entre a comunidade evangélica determinados perfis sociais como ser branco, homem, casado e possuir experiência no interior das congregações são mais valorizados em detrimento das mulheres e pessoas negras, mesmo que estas possuam maior escolarização e participem ativamente dos trabalhos desenvolvidos no interior das igrejas.

Palavras Chave: Eleições municipais, Eleições evangélicas, Candidatos evangélicos, Representação religiosa.

ABSTRACT

This research was developed with the aim of analyzing the participation of evangelical candidates in the electoral sphere, using as a locus of investigation the municipal elections held in 2016 and 2020 in the various municipalities that make up the political geography of Brazil. In short, the objective is to understand the profile of candidacies from evangelical people in the process of forming legislative benches in the sphere of local power, based on indicators of social differentiation such as: gender, race, education, age group and party ideology. The data were organized based on the electoral data repository of the Superior Electoral Court and support the thesis that even among the evangelical community certain social profiles such as being white, male, married and having experience within congregations are more valued to the detriment of women and black people, even if they have greater education and actively participate in the work carried out within churches.

Keywords: Municipal elections, Evangelical elections, Evangelical candidates, Religious representation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Candidatos Evangélicos segundo nome que aparece nas urnas.....	47
Tabela 2 – Taxa de crescimento das candidaturas e dos eleitos evangélicos no transcurso da eleição de 2016 para 2020.....	48
Tabela 3 – Candidatos e eleitos evangélicos segundo gênero e taxa de sucesso.....	50
Tabela 4 – Candidatos e eleitos evangélicos segundo raça e taxa de sucesso.....	52
Tabela 5 - Distribuição percentual do total de candidatos evangélicos para os cargos de vereador no Brasil por gênero e raça. Eleições 2016 e 2020.....	54
Tabela 6 – Candidatos e eleitos Evangélicos segundo escolaridade.....	56
Tabela 7 - Distribuição percentual do total de candidatos evangélicos para os cargos de vereador no Brasil por gênero e raça. Eleições 2016 e 2020.....	57
Tabela 8 – Candidatos e eleitos Evangélicos segundo Faixa Etária.....	59
Tabela 9 – Candidatos e eleitos Evangélicos segundo Estado Civil.....	60
Tabela 10 – Candidatos e eleitos Evangélicos segundo Ideologia Partidária.....	62

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
Capítulo 1 - EVANGÉLICOS NA ESFERA POLÍTICA.....	17
1.1. O Crescimento dos Evangélicos na Esfera Pública.....	17
1.2. A moralidade cristã e a cristianização da política.....	22
1.3. A influência dos evangélicos na política eleitoral.....	24
1.4. Evangélicos na população e no eleitorado.....	30
1.5. O Protestantismo nas arenas decisórias.....	34
1.6. A atuação dos evangélicos no poder local.....	36
1.7. Porquê estudar o perfil sociopolítico das candidaturas evangélicas?.....	38
1.8. O contexto sociopolítico das eleições municipais e o avanço do conservadorismo no sistema eleitoral e partidário.....	40
Capítulo 2 - O PERFIL SOCIOPOLÍTICO DE CANDIDATOS EVANGÉLICOS NAS ELEIÇÕES DE 2016 E 2020.....	44
2.1. Aspectos metodológicos da pesquisa.....	44
2.2. Distribuição das candidaturas evangélicas segundo denominação religiosa.....	45
2.3. Variação percentual das candidaturas evangélicas no transcurso da eleição de 2016 para 2020.....	47
2.4. O Perfil sociopolítico das candidaturas evangélicas.....	48
2.4.1. Candidaturas evangélicas segundo Gênero.....	49
2.4.2. Candidaturas evangélicas segundo raça.....	50
2.4.3. A interseccionalidade entre gênero e raça nas candidaturas evangélicas.....	53
2.4.4. Candidaturas evangélicas segundo Escolaridade.....	55
2.4.5. A interseccionalidade entre gênero e escolaridade entre as candidaturas evangélicas.....	56
2.4.6. Candidaturas evangélicas segundo faixa etária.....	57
2.4.7. Candidaturas evangélicas segundo estado civil.....	59
2.4.8. Candidaturas evangélicas segundo ideologia partidária.....	60
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	66

INTRODUÇÃO

Os candidatos derivados da representação religiosa, principalmente aqueles vinculados ao segmento evangélico, têm conquistado avanços significativos no eleitorado brasileiro, decorrente de seus domínios pastorais, lançando candidatos defensores de pautas conservadoras e com elevado apoio popular.

No Brasil, os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2022) vem indicando que a população evangélica foi o segmento religioso que mais cresceu nas últimas décadas, pois em 1980 representavam pouco mais de 6% da população, e após o Censo de 2022 passaram a representar cerca de 22,2%.

Segundo Pierucci (1996) o aumento da população evangélica tem se refletido não só no aumento do número de representantes de lideranças religiosas no parlamento brasileiro, mas representa um aumento na influência nos rumos legislativos do país, onde alianças e ativismos de cunho religioso têm avançado na produção legislativa.

Até a década de 1980, a representação evangélica no congresso atuava de forma bastante discreta, contudo, passaram a ganhar visibilidade durante as eleições para a Assembleia Constituinte, em 1986. Atuando de forma organizada, formaram uma bancada suprapartidária composta por parlamentares ligados a diferentes representações do protestantismo no país, simbolizando o início de novas conquistas políticas, refletindo também, a forte expansão populacional dos evangélicos no Brasil.

Segundo Silva (2017) a presença e ascensão dos evangélicos, sobretudo a ala neopentecostal, frente à política nacional vem ocorrendo desde o processo de redemocratização em 1988. A redemocratização permitiu o aumento do sistema partidário brasileiro e, desde este, há uma cada vez mais expressiva presença evangélica nas arenas de representação política, a exemplo da crescente Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional (SILVA, 2017).

São vários os fatores que se destacam como determinante do voto evangélico. De acordo com Carneiro (1998), as igrejas atuam estrategicamente na persuasão política dos fiéis, por meio de ações institucionais, com os pastores e outras lideranças religiosas atuando como atores centrais nesse processo.

Alguns autores (SILVA, 2017; BAPTISTA, 2009; MARIANO E GERARDI, 2019) destacam também a importância do grau de envolvimento individual dos fiéis nas atividades das congregações, que se estabelecem como um fator de expansão do ativismo político desta população, ou seja, quanto mais assíduos aos cultos e maior for a participação nos encontros da

igreja, maiores serão as possibilidades de o eleitor evangélico votar conforme a orientação oferecida pelo seu grupo religioso orientado pela liderança (BAPTISTA, 2009; CARNEIRO, 1998).

Para Novaes (2001), as igrejas evangélicas são vistas como celeiros de eleitores congregados em razão do alto índice de frequência dos fiéis. O autor ainda afirma que, se olharmos a nossa volta, não conseguiremos identificar nenhuma outra instituição que reúna tantas vezes as mesmas pessoas durante a semana, portanto, é preciso reconhecer que os espaços de agregação de evangélicos são decisivos no jogo eleitoral.

Importante salientar, conforme lembra Novaes (2001) que a possibilidade de sucesso de candidatos evangélicos depende, também, das experiências pessoais e de outros vínculos políticos que cada fiel/eleitor possa ou não ter com as igrejas, pois é no interior das congregações que se estabelecem o vínculo entre o campo político e o campo religioso.

Alguns estudos dão maior ênfase a atributos e/ou motivações individuais, que seriam variáveis intervenientes da capacidade que possuem as organizações religiosas em definirem as escolhas eleitorais de seus membros, em especial a escolaridade e o nível de comprometimento com as tarefas religiosas (BOHN, 2004).

Algumas pesquisas sobre o voto evangélico no Brasil como (BAPTISTA, 2009; BOHN, 2004; NOVAES, 2001; CARNEIRO, 1998), se dedicam a compreender o processo de escolha eleitoral religiosamente motivada pela intensidade com que os membros das igrejas se integram às suas comunidades de fé. Esses estudos propõem uma análise da relação direta entre o nível de frequência dos fiéis na igreja e a capacidade desses grupos definirem as preferências eleitorais de seus membros, estabelecendo uma associação de “causa-e-efeito” que também é sustentada pela abordagem sociológica.

Estas análises nos permitem presumir que os grupos evangélicos que contam com elevada assiduidade de seus membros, como a Igreja Universal e Assembleia de Deus, são mais efetivos na transmissão de informações políticas e na coerção social, dispendo de maiores possibilidades de comunicação e conformação de atitudes.

Contudo, cabe destacar a existência de um consenso na literatura de que o Brasil não se assemelha a casos internacionais em que uma religião se constitui como a clivagem principal da arena política. Em alguns países da Europa Ocidental, a religião, como base principal dos políticos apoiados, foi, durante muitos anos, o eixo estruturador do sistema partidário, o que contribuiu para

a institucionalização, nessas sociedades, da clivagem religiosa (LIJPHART, 1987, 1989; LIPSET & ROKKAN, 1997).

Importantes trabalhos relacionados a estas literaturas, vem oferecendo contribuições significativas no âmbito dos estudos sobre religião e política. Na visão de Machado (2015), algumas literaturas observaram que a religião evangélica afeta o voto dependendo da força de modernização/secularização do país. Para (BOHN, 2007), é preciso considerar eleições específicas em regiões específicas do país, conforme a capacidade dos partidos e candidatos de ativarem clivagens religiosas no eleitorado e da própria oferta de candidatos religiosos (ELFF; ROSSTEUTSCHER, 2011; FRESTON, 2004).

É no contexto desta discussão que esta proposta se insere. Nela, pretende-se analisar as candidaturas evangélicas, utilizando como campo de investigação as eleições de 2016 e 2020 para a composição da representação política para as Câmaras de vereadores nos diversos municípios que compõem a geografia política do País.

Neste sentido, o problema de pesquisa que pretendemos responder ao longo da investigação parte do seguinte questionamento: **Qual o perfil sociopolítico dos candidatos evangélicos no Brasil que atuam no poder local e a interseção deste perfil com marcadores de raça e gênero?**

Para responder ao problema proposto construiu-se cinco hipóteses principais:

1) Os candidatos evangélicos na esfera local apresentam um perfil social com baixa escolaridade, com maior proporção de negros, idade acima de 40 anos, e casados.

2) As mulheres evangélicas estão sub-representação em relação evangélicos do gênero masculino.

3) evangélicos negros e negras encontram maiores dificuldades para se eleger em relação aos evangélicos brancos.

4) Mulheres evangélicas possuem padrões mais elevados de escolarização em relação aos homens;

5) As maiores proporções de candidatos evangélicos concorrem e se elegem por partidos de direita.

Em relação as suas finalidades no campo de investigação da ciência política, especialmente nos estudos vinculados a área eleitoral, a pesquisa será guiada pelos seguintes objetivos:

GERAL:

✓ Estudar o perfil das candidaturas evangélicas e dos eleitos nos municípios brasileiros e as diferenças e semelhanças a partir da interseccionalidade entre gênero e raça.

ESPECÍFICOS:

✓ Avaliar a dimensão racial e de gênero das candidaturas evangélicas no processo político eleitoral;

✓ Verificar se marcadores de escolaridade, idade e estado civil diferenciam homens e mulheres evangélicas no processo competitivo,

✓ Identificar se a ideologia partidária interfere na participação e eleição de candidatos evangélicos na representação política para os legislativos municipais.

De forma simplificada a dissertação está dividida em três capítulos principais. Na sequência desta introdução, o primeiro capítulo faz uma abordagem sobre os principais autores que construíram evidências acerca da conexão dos evangélicos com a política eleitoral, evidenciando os argumentos que explicam os interesses e repercussões desta participação no Estado brasileiro, especialmente na produção legislativa e na formação das bancadas no Congresso Nacional e nos níveis subnacionais.

O segundo capítulo traz uma abordagem mais focada no poder local, procurando explorar a importância do município no contexto da representação política, evidenciando as funções do vereador, o interesse do segmento evangélicos nesta esfera da representação, bem como, o avanço do conservadorismo no sistema eleitoral e partidário.

Por fim, o terceiro capítulo explora os dados sobre o perfil das candidaturas evangélicas, procurando evidenciar a existência (ou não) de determinados marcadores de diferenciação entre candidatos e eleitos dentro deste segmento eleitoral, a partir de indicadores de raça, gênero, escolarização, idade e ideologia partidária.

Esperamos que este trabalho possibilite uma reflexão crítica sobre a influência de certos grupos religiosos, especificamente os evangélicos, na esfera eleitoral, e como ideologias conservadoras associadas a esses grupos podem impactar negativamente no ambiente democrático, pois certas pautas defendidas por este segmento reforçam desigualdades estruturais e perpetuam preconceitos contra grupos minoritários.

Esta exclusão é percebida no interior da comunidade evangélica, pois apesar da evidente conexão deste segmento com o ambiente político, observa-se a reprodução de sistemas de opressão entre os representantes, pois entre as candidaturas evangélicas persiste o preconceito racial, o sexismo (discriminação baseada no gênero) e o machismo (valorização da superioridade masculina), que exclui mulheres e pessoas negras da representação, sustentados por uma leitura seletiva de textos religiosos, usados para justificar desigualdades e resistir a mudanças sociais.

Capítulo 1

EVANGÉLICOS NA ESFERA POLÍTICA

Nesta unidade o foco da pesquisa está na avaliação sobre a participação de pessoas vinculadas na matriz religiosa evangélica na política institucional, especialmente na arena eleitoral. Para isso, o trabalho buscou referências na literatura nacional sobre o crescimento dos evangélicos na política brasileira, enfocando as estratégias de mobilização e os recursos institucionais disponíveis para possibilitar a eleição de seus candidatos.

1.1. O Crescimento dos Evangélicos na Esfera Pública

A participação de pessoas vinculadas a matriz evangélica e sua participação na política institucional (partidária e eleitoral) é um tema que tem chamado a atenção de cientistas sociais e analistas políticos em todo o mundo. Desde o crescimento dos evangélicos na população e sua inserção nas arenas de representação política o tema vem ganhando destaque nos debates acadêmicos, especialmente sobre a influência deste segmento nos rumos da democracia e da produção legislativa.

Paul Freston (1993) foi um dos pioneiros no estudo da relação entre religião e política no Brasil. Em sua tese de doutorado defendida na UNICAMP em 1993 e depois transformada em livro, o autor analisa o crescimento da influência política dos evangélicos desde a redemocratização do país, destacando como as igrejas evangélicas se tornaram atores significativos na esfera pública, especialmente na arena eleitoral.

Para o autor, a entrada dos evangélicos na política é um reflexo da redemocratização do país em 1988, que ao possibilitar que novos grupos sociais historicamente marginalizados tivessem condições de adentrar nas arenas de representação política abriu uma janela de oportunidade para a aproximação dos evangélicos com a esfera pública.

Freston (1993) observou que a entrada de líderes evangélicos na política eleitoral se estabeleceu inicialmente pela proteção dos interesses institucionais das igrejas na sua relação com o Estado, especialmente em relação à defesa de isenções fiscais para o funcionamento das igrejas. Posteriormente, este segmento passou a buscar novas formas de ampliação de benefícios para as

congregações religiosas, especialmente através da concessão de canais de comunicação, que serviriam de importantes veículos para possibilitar a aproximação das igrejas com a população.

Até a década de 1990, segundo as observações do autor, a participação dos evangélicos na política institucional era mais estratégica e menos ideológica, voltada preferencialmente para a autopreservação e para o fortalecimento das igrejas, especialmente a ala neopentecostal.

Isto se estabelecia, porque os evangélicos não eram um grupo homogêneo, mas sim um conjunto diversificado de tradições e denominações, como pentecostais, neopentecostais e protestantes históricos. Essa diversidade refletia diferentes formas de atuação política e interesses divergentes, impedindo a consolidação de uma votação em bloco (FRESTON, 1993).

Atualmente, diversos instrumentos institucionais de representação, a exemplo da Frente Parlamentar Evangélica (que atua no interior do Congresso Nacional) os evangélicos já possuem alguma unidade política e atuam muitas vezes em bloco, dependendo da votação, das alianças e dos interesses a serem preservados.

De qualquer forma, segundo Freston (1993) a mobilização dos evangélicos passou a se conectar com pautas morais e passaram a buscar formas de intervenção pública, especialmente no interior do legislativo. Questões como aborto, casamento homoafetivo e ensino religioso tornaram-se centrais na agenda política deste segmento, muitas vezes em oposição a pautas progressistas.

Outro autor importante no estudo da representação religiosa na política brasileira foi Ricardo Mariano (1999) que em seu livro “Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil”, analisa a ascensão do pentecostalismo e suas implicações nas mudanças que se estabeleceram na política institucional.

Nesta obra (e em outros artigos), o autor analisa o crescimento do neopentecostalismo, que se constitui na vertente pentecostal mais atuante politicamente, sendo responsável pelas principais transformações teológicas, estéticas e comportamentais por que vem passando a matriz religiosa do protestantismo e sua ligação com a política partidária e eleitoral.

Os argumentos do autor, baseado em extensa pesquisa empírica, apresenta como objetivo, além de familiarizar o leitor com a história das crenças, das práticas e do funcionamento das igrejas neopentecostais, explicar a capacidade organizativa das igrejas, como a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), e suas estratégias para influenciar a política e ocupar espaços de representação nas arenas decisórias.

Na perspectiva de Mariano (1999) o crescimento do neopentecostalismo a partir da década de 1980 trouxe uma nova dinâmica à relação entre religião e política no Brasil. Neste aspecto, igrejas como a IURD não apenas se expandiram no campo religioso, mas, também, buscaram ativamente ocupar espaços políticos de forma a instrumentalizar, através da política institucional, os interesses de suas respectivas igrejas.

Na mesma perspectiva de Freston (1993), Mariano (1999) argumenta que a entrada de lideranças religiosas na política eleitoral foi, em grande medida, pragmática e focada na defesa dos interesses das próprias denominações. Isso incluiu a manutenção de isenções fiscais, a obtenção de concessões de rádio e televisão e a defesa de valores conservadores em debates legislativos, especialmente em pautas morais, como a oposição ao aborto, a equiparação de direitos para a população LGBTQIA+ e à ideologia de gênero.

Em uma dimensão mais específica, Mariano (1999) foca seu estudo na atuação das igrejas neopentecostais, especialmente a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), e a utilização de práticas clientelistas para consolidar sua influência na política eleitoral. O autor aponta que a vinculação direta entre líderes religiosos e políticos eleitos contribuiu para o uso instrumental do poder do Estado que são utilizados para beneficiar os interesses destas igrejas, a exemplo da utilização de recursos públicos para financiar eventos religiosos ou fortalecer as instituições vinculadas às igrejas.

Um autor também importante nos estudos sobre os rumos da relação entre religião e política no Brasil é André Corten (1996), que em seu livro “Os pobres e o Espírito Santo: o neopentecostalismo no Brasil” discute como o neopentecostalismo dialoga com as camadas populares, explorando as formas como esse diálogo é traduzido em apoio político e mobilização eleitoral.

Para o autor, o crescimento do neopentecostalismo está intimamente ligado à sua inserção nas camadas populares, especialmente às populações urbanas marginalizadas. Ele sugere que as igrejas neopentecostais oferecem uma "rede de suporte" espiritual, emocional e material para essas comunidades, o que as torna poderosas ferramentas de mobilização política.

É justamente o vínculo entre religião e assistência social que permite as igrejas criarem um canal direto com a população que se estabelece como um importante capital social para o engajamento político. Neste aspecto, conforme salienta o autor, as igrejas passam a se apresentar como defensoras dos interesses dos "pobres e excluídos".

Para Corten (1996), a entrada dos evangélicos na política reflete a lógica neopentecostal de territorialização e controle de espaços. Assim como buscam expandir sua influência religiosa, as igrejas neopentecostais veem a política como uma extensão de sua missão de transformação da sociedade, em que a atividade política é utilizada como um campo de legitimidade, permitindo às igrejas consolidarem seu poder e influenciarem políticas públicas de acordo com seus valores.

Corten (1996), analisa como os evangélicos, especialmente os neopentecostais, utilizam estratégias pragmáticas de mobilização, como a construção de redes de influência por meio de lideranças carismáticas e a oferta de políticas de assistência social. Além disso, o autor observa que a pregação e o discurso religioso são frequentemente adaptados para atender às demandas políticas, criando uma conexão direta entre o púlpito e as urnas

Um dos argumentos centrais de Corten (1996), é o papel crucial da mídia no sucesso político dos evangélicos. Neste aspecto, semelhante a outros autores, o autor descreve que a posse de canais de televisão, rádios e outros meios de comunicação, permite às igrejas moldarem narrativas políticas e mobilizar seus fiéis de maneira eficaz.

A partir de suas análises, o autor conclui que a participação política dos evangélicos na política institucional se apresenta como um fenômeno que combina mobilização das classes populares, estratégias de controle institucional e a instrumentalização de valores religiosos. Ele reconhece o papel significativo dos evangélicos na ampliação da representatividade política, mas alerta para os riscos de hegemonia religiosa, clientelismo e a redução do debate político a pautas morais. Seu foco na interação entre religião, política e desigualdade social oferece insights valiosos sobre o impacto do neopentecostalismo no Brasil.

Outra autora que ganhou destaque nos estudos sobre a influência dos evangélicos na esfera política foi Maria das Dores Campos Machado que em um livro publicado em 2006 intitulado “Política e Religião: a Participação dos Evangélicos nas Eleições”, investiga o envolvimento político das lideranças evangélicas e suas estratégias eleitorais.

Para a autora, as igrejas evangélicas adotam estratégias pragmáticas durante as eleições, incluindo alianças com partidos políticos, independentemente de afinidades ideológicas, pois as igrejas necessitam de alianças para furar o bloqueio representado pelas regras eleitorais, especialmente o quociente eleitoral e o quociente partidário. Para aumentar as chances de vitória de seus candidatos, líderes religiosos utilizam o púlpito e os canais de comunicação das igrejas para angariar votos, transformando o espaço religioso em um local de campanha política.

A autora argumenta que muitos eleitores evangélicos votam em candidatos de sua denominação religiosa por se identificarem com eles. Essa representatividade reforça a ideia de que os eleitos agirão como "porta-vozes" da comunidade evangélica no espaço político.

Neste aspecto, Machado (2006) observa que as igrejas evangélicas atuam especialmente em comunidades periféricas e economicamente vulneráveis, o que fortalece sua capacidade de mobilização eleitoral. Para atingir seus objetivos as igrejas adotam uma severa prática de clientelismo religioso que se volta para o espaço político, especialmente na oferta de apoio material e emocional, o que cria uma relação de confiança entre os fiéis e as lideranças religiosas, tornando os eleitores mais propensos a seguir suas orientações políticas

Um ponto frequentemente destacado por Machado (2006) é o personalismo na eleição de candidatos evangélicos. A campanha eleitoral é muitas vezes centrada na figura do pastor ou líder religioso, com pouco foco em propostas concretas de políticas públicas. Isso, na visão da autora, afeta negativamente a política representativa como um todo, pois centra a representação no carisma individual dos líderes religiosos, produzindo uma falta de consistência dos eleitos em relação a projetos políticos mais amplos.

Por fim, outro autor, também bastante relevante para se entender a relação entre religião e política é César Romero Jacob que em um estudo divulgado em 2003 sob o título "Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil", analisou a distribuição do voto evangélico entre as regiões brasileiras e sua influência em diferentes pleitos eleitorais.

Jacob argumenta que o crescimento das igrejas evangélicas, especialmente as pentecostais e neopentecostais, acompanha a urbanização e a expansão das periferias nas grandes cidades brasileiras. Por esta razão, a presença evangélica é mais forte em regiões com alta vulnerabilidade social, como as periferias urbanas e áreas rurais economicamente deprimidas, onde as igrejas oferecem suporte emocional e material às populações.

Na perspectiva do autor, o aumento da população evangélica e sua distribuição no território é um fator que aumenta a influência dos evangélicos na esfera política. Ele mostra como essa expansão transforma a dinâmica eleitoral em diferentes regiões do Brasil, criando "territórios políticos" onde os candidatos evangélicos têm maior probabilidade de sucesso.

Jacob (2003) aponta que, embora exista uma geografia do voto evangélico, essa categoria não é homogênea. As diferenças entre pentecostais, neopentecostais e evangélicos tradicionais resultam em comportamentos eleitorais variados e em diferentes apoios políticos a determinados candidatos. Como exemplo o autor cita que, enquanto os neopentecostais tendem a apoiar

candidatos diretamente ligados a suas igrejas, os pentecostais podem seguir orientações regionais ou locais

No momento da pesquisa, o autor identificou que o voto evangélico apresentava padrões regionais distintos: Na região sudeste e centro oeste havia uma concentração de igrejas neopentecostais, como a Igreja Universal do Reino de Deus, e, por esta razão elegiam mais candidatos vinculados a essa matriz religiosa.

Por outro lado, nas regiões norte e nordeste a penetração evangélica era mais alta em áreas rurais e cidades médias, mas a influência política era compartilhada com lideranças católicas e outras forças locais.

Por fim, na região sul os evangélicos possuíam menor representatividade política em comparação a outras regiões, mas eram relevantes em áreas urbanas específicas, o que diluía o peso da religião em relação a outros grupos políticos.

Naquele momento Jacob (2003) já destacava que o voto evangélico se constituía como uma nova força política no Brasil, capaz de influenciar o resultado de eleições majoritárias e legislativas. Ele ressalta que, em muitos casos, o apoio evangélico pode ser decisivo em disputas acirradas, principalmente nas regiões metropolitanas.

1.2. A moralidade cristã e a cristianização da política

A relação entre a representação evangélica e a cristianização da política envolve a forma como setores evangélicos organizados têm buscado influenciar as decisões políticas e os rumos sociais a partir de uma perspectiva religiosa. Essa interação se dá em diversos contextos, especialmente no Brasil onde o cristianismo, em suas diversas vertentes, tem um papel cultural e político bastante expressivo.

Já a cristianização da política refere-se ao esforço travado pelas lideranças evangélicas para moldar o espaço público e as decisões governamentais de acordo com valores e princípios cristãos. Esse processo pode ser interpretado como uma tentativa de integrar fé e política, promovendo ações, inclusive mudanças nas instituições, que reflitam a visão de mundo pautado nas sagradas escrituras. Esse movimento, que necessita da aproximação das igrejas com o sistema político, se caracteriza por uma visão de mundo que coloca a moralidade cristã acima das questões sociais ou de interesse público.

Para Steil (2001) três são os principais elementos que caracterizam a aproximação dos evangélicos com a política institucional. Em primeiro lugar esses atores buscam a moralização da

legislação, buscando criar leis sociais de acordo com princípios bíblicos. Em segundo lugar há uma forte aproximação com o conservadorismo cultural, com o discurso de proteção de valores tidos como tradicionais ou familiares e, em terceiro lugar, uma certa intervenção na sociedade através da evangelização da população, procurando influenciar na cultura geral para aproximá-la da doutrina cristã.

No entanto, a tentativa de setores religiosos de cristianizar a política esbarra na pluralidade religiosa e na laicidade do Estado. O Brasil sendo um país laico, deveria pautar suas práticas legislativas através de princípios de neutralidade do Estado em relação a qualquer religião, entretanto, a forte presença de candidatos vinculados a moral religiosa, defensores de pautas atreladas a valores cristãos e desassociadas dos problemas sociais pode ser interpretado como um claro descumprimento desse princípio

Desde a formação do Estado moderno a laicidade do Estado tem sido defendida como um princípio essencial para garantir a pluralidade e a igualdade nas sociedades modernas. A defesa desse princípio tem o claro propósito de separar a religião da política, estabelecendo normas que protejam a sociedade da imposição de crenças religiosas na vida pública ou privada.

Além disso, o Estado laico garante que as políticas públicas não sejam influenciadas por crenças específicas, promovendo a igualdade no acesso a direitos, serviços e oportunidades. Ademais, a neutralidade do Estado permite que as decisões políticas sejam baseadas em critérios racionais, científicos e éticos, em vez de dogmas religiosos (MIRANDA, 2017).

No Brasil, desde a formação da República não existe uma religião oficial no país. Já na primeira Constituição da República em 1891 foram consagradas a liberdade de crença e de culto (MARTINS, 2021). A Constituição de 1988 consagra o princípio da laicidade no Artigo 19, I, que veda aos Estados, Municípios, à União e ao Distrito Federal o estabelecimento de cultos religiosos ou igrejas. Da mesma forma é vedado ao Estado subvencionar as igrejas, embarcar-lhes o funcionamento ou manter com as igrejas ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público (MARTINS, 2021). Essa fundamentação jurídica se faz necessária pois reflete a necessidade de um governo que respeite e proteja a pluralidade e o livre exercício de crenças, manifestações culturais e as identidades de minorias sexuais e de gênero.

Lionço (2017) reconhece que a laicidade protege a democracia contra o fundamentalismo religioso e a possibilidade de uso da religião como ferramenta de controle político. Em regimes

políticos considerados teocráticos ou fortemente influenciados pela religião, é comum haver restrições às liberdades individuais e perseguição a minorias religiosas, sexuais e raciais.

Neste sentido, para a autora, a laicidade deve ser preservada e entendida como um princípio fundamental para a garantia da ética democrática, pois promove o reconhecimento e proteção da diversidade social, moral, cultural e religiosa de uma sociedade. As liberdades individuais são direitos modernos relativos à dissociação entre poder estatal e dogma religioso, de modo a garantir liberdade de consciência e de expressão, fundamentais à dignidade humana (LIONÇO, 2017).

Entretanto, no Brasil, a enorme permissividade conferida aos grupos de interesse para fundar partidos políticos tem facilitado a entrada de lideranças evangélicas na política formal (LACERDA, 2017). O sistema político brasileiro historicamente não apresenta grandes restrições para a formação de legendas partidárias, o que facilita a criação de novos partidos (MAGLIA, 2020). A própria Constituição de 1988 assegura liberdade religiosa e associações políticas, o que permite que grupos religiosos atuem politicamente sem grandes constrangimentos.

Por outro lado, o acesso aos fundos de financiamento partidário e eleitoral, além do acesso aos canais formais de propaganda eleitoral, tem contribuído para possibilitar que as legendas se desenvolvam com grandes vantagens financeiras e com reduzidos processos de prestação de contas.

Além do mais, as lideranças evangélicas são portadoras de algumas facilidades em relação ao eleitorado, pois possuem milhões de membros espalhados no território nacional que podem ser facilmente mobilizados e cooptados como eleitores fiéis, que servem como cabos eleitorais com baixo custo financeiro.

Todos esses fatores atestam a influência de grupos religiosos na política institucional, sendo de fundamental importância estudar esse fenômeno para entender como este grupo contribuiu para mudanças no sistema democrático, nas dinâmicas de poder e na formação da agenda pública.

1.3. A influência dos evangélicos na política eleitoral

A identidade religiosa pode moldar as percepções dos eleitores sobre questões sociais e políticas. Em cidades onde certas denominações religiosas têm uma presença forte, candidatos que se identificam com essas denominações podem ter uma vantagem eleitoral.

Candidatos muitas vezes utilizam retórica religiosas para atrair eleitores. Eles podem participar de eventos religiosos, citar as sagradas escrituras ou associar-se publicamente com líderes religiosos para ganhar credibilidade e apoio entre os eleitores que compartilham suas crenças.

Muito embora a questão da religião e da política tenha sido abordada em muitas áreas, este tema ainda continua sendo um assunto crítico. O pesquisador Michel Löwy (2016) explica que a religião é uma realidade social e histórica, sendo considerada pelo autor como uma das múltiplas formas de ideologia e de poder.

Bourdieu (2005) foi um autor importante para analisar a constituição do campo religioso e sua relação com a política. Para ele, a religião tem um caráter político, porque ela exerce uma função lógica de ordenação do mundo e acaba por recobrir divisões sociais de grupos ou classes concorrentes ou antagônicas, reafirmando o caráter legitimador da produção simbólica.

Na perspectiva de Bourdieu (2005), a religião produz efeitos políticos, mas é necessário tomar o cuidado de não se veicular a religião apenas enquanto “instrumento” de puro interesse pragmático, pois se perderia o caráter religioso-sagrado desta, reduzindo-a a apenas um reflexo puro das condições estruturais. Assim, ele enfatiza as complexidades das relações entre religião e política.

Antônio Gramsci (2002) também ofereceu importantes contribuições sobre a influência da religião na sociedade, afirmando que esta é, em certas condições históricas, uma forma necessária da vontade das massas populares, uma forma específica de racionalidade do mundo e da vida. Dimensão que, nesse sentido, é atravessada pela cultura e que, em algum ponto, encontra-se com a política.

No Brasil, a participação da religião na esfera política vem sendo uma constante desde a década de 1980. A constituição brasileira afirma que o Brasil é laico, no entanto, na prática, os laços religiosos e políticos parecem cada vez mais reforçados, moldados pela pobreza, desemprego e violência urbana.

Para Sales, Silva e Teixeira (2023) um aspecto marcante do crescimento dos evangélicos no Brasil é a disseminação da teologia da prosperidade, uma doutrina que associa fé e contribuição financeira à possibilidade de melhoria nas condições de vida. Isso atrai pessoas que vivem na pobreza e buscam esperança e ascensão social

A teologia da prosperidade é um conceito criado nos Estados Unidos e exalta os privilégios que a riqueza e o dinheiro podem trazer, apresentando-os como “retribuição de Deus”

aos fiéis que seguem sua doutrina. Nesta doutrina, ao contrário das doutrinas tradicionais cristãs que pregam a humildade e o sacrifício como caminho para se chegar ao reino dos céus, prega que o sucesso financeiro e a saúde são sinais de bênçãos divinas e Deus recompensará aqueles que têm fé com prosperidade material, sendo que o ato de dar dinheiro à igreja uma das formas mais diretas de alcançar essas bênçãos (SALES, SILVA e TEIXEIRA, 2023).

Essa doutrina tem um apelo especial entre as classes mais baixas, que enxergam na promessa de prosperidade uma solução para as dificuldades financeiras e sociais. Para muitos, a mensagem da teologia da prosperidade oferece um sentido de esperança e comunhão (SALES, SILVA e TEIXEIRA, 2023).

Também é bastante lembrado pelos estudiosos como um componente importante para a ascensão dos evangélicos na vida nacional, especialmente nas últimas décadas, a proliferação nos templos evangélicos da chamada Teologia do Domínio que surge nos EUA por volta da década de 1970. Essa teologia prega a dominação do mundo através do cristianismo ultraconservador, e tem produzido forte interferências da igreja no poder político.

Para Xavier (2024) a teologia do domínio refere-se a passagem da teologia da prosperidade para uma nova forma de relacionamento entre religião e política. A teologia do domínio prega a renovação do indivíduo, que deve entregar sua vida a Cristo, sendo que a tarefa da igreja é evangelização do mundo inteiro. Ou seja, essa corrente defende a ideia de que os cristãos têm a responsabilidade de influenciar e transformar todas as esferas da sociedade — como política, economia, cultura e educação — segundo os princípios bíblicos. Essa visão é baseada, em parte, no relato de Gênesis 1:28, onde Deus dá aos seres humanos o mandato de "dominar" e "subjugar" a terra (XAVIER, 2024).

De forma simplificada, os defensores da teologia do domínio partem da ideia de que Deus concedeu à humanidade o dever de governar e cuidar do mundo de acordo com seus preceitos. Eles veem isso como um chamado para os cristãos desempenharem papéis ativos em posições de liderança e influência na condução da vida social (XAVIER, 2024).

A Teologia do Domínio agrupa várias tendências cristãs fundamentalistas, que postulam uma política exclusivamente religiosa, de base bíblica, a ser aplicada em toda a humanidade com a exclusão de qualquer outra expressão, tida como falsa e, por isso, sem direito de existir. É a ideologia totalizadora central para a direita cristã no campo da política, norteadas pelos costumes, e que vem chamando a atenção de muitos pesquisadores para o fato de, como esta ideologia pode afetar o Estado Democrático de Direito.

No Brasil, devido ao crescimento dos evangélicos na esfera pública, tem havido um esforço significativo para afastar a religião da vida pública, procurando reforçar a ideia da laicidade do Estado, mas, esse esforço esbarra na força política da religião que cada vez mais ocupam espaços de poder e muitas vezes cobrem espaços de assistência social que o Estado não consegue abarcar.

A esse respeito, Oro (2003) afirma que embora os evangélicos, com seu trabalho assistencial e educacional, participem, de alguma forma, da vida pública nacional desde o final do século XIX, como os “protestantes de imigração” (os luteranos alemães são o grupo mais representativo) e “protestantes de missão” (de cunho norte-americano como os metodistas, presbiterianos, batistas, etc.), e com a emergência do pentecostalismo a partir da primeira década do século XX, não havia uma conexão dessas igrejas com a política eleitoral, o que só vai acontecer a partir da redemocratização em 1988.

Por outro lado, como forma de eleger seus candidatos e mobilizar os fiéis, os líderes religiosos acabam por constituir seus próprios partidos políticos, aproveitando das facilidades oferecidas pelas regras eleitorais brasileiras, que permite de forma bastante livre a fundação de novas legendas na política institucional, inclusive partidos com agendas religiosas (MAGLIA, 2020).

Como exemplo podemos citar o Partido Republicano Brasileiro (PRB), que historicamente possui forte ligação com a Igreja Universal do Reino de Deus, sendo atualmente o partido com maior número de deputados federais ligados à bancada evangélica no Congresso Nacional.

O PRB foi fundado em 2005 e, desde sua fundação, recebeu apoio de figuras ligadas à IURD¹. Um dos principais objetivos do partido era criar uma base política que representasse interesses conservadores e alinhados aos valores da igreja, incluindo pautas relacionadas à liberdade religiosa e defesa da moral cristã.

O ex-prefeito do Rio de Janeiro Marcelo Crivella, se constituiu como um dos principais nomes da IURD, foi um dos principais responsáveis pela fundação e articulação do PRB com a esfera política e possui grande influência na seleção de candidaturas e definição das alianças e estratégias eleitorais (LACERDA, 2017).

A IURD controla a Rede Record, uma das maiores emissoras de televisão do Brasil, que frequentemente funciona como um canal de promoção indireta de lideranças políticas ligadas ao Republicanos, o que confere elevado capital político ao partido na eleição de seus candidatos.

¹ Desde 2019 o PRB passou a se denominar apenas de Republicanos.

O PRB utiliza, além da Record, uma vasta rede de templos e pastores para orientar seus fiéis sobre quem devem votar, promovendo candidatos do partido ou aliados em campanhas eleitorais.

Outra denominação religiosa com ampla ramificação na esfera política é a Assembleia de Deus, que teve entre seus representantes, o ex-deputado Eduardo Cunha, que foi presidente da Câmara dos Deputados, sendo responsável pela articulação do golpe de Estado que derrubou a presidenta Dilma Rousseff em 2016 (LACERDA, 2017). O ex-deputado se notabilizou por permitir cultos evangélicos para deputados, conselheiros e visitantes dentro do Congresso Nacional.

A Assembleia de Deus constitui-se como uma das maiores denominações evangélicas do Brasil e devido à sua estrutura descentralizada, permite que diferentes segmentos regionais participem de forma variada no cenário político, especialmente na arena eleitoral. A descentralização administrativa praticada pela igreja permite que a denominação não tenha uma liderança única nacionalmente centralizada, possibilitando grande autonomia administrativa, financeira e hierárquica o que possibilitou seu rápido crescimento no país (LACERDA, 2017).

Cada congregação é responsável pela gestão de seus recursos e pela nomeação de seus líderes, embora geralmente haja supervisão por parte de convenções regionais ou estaduais, o que permite que a igreja se adapte às particularidades culturais e sociais de cada região, contribuindo para seu crescimento em diversas partes do país.

Neste contexto, a Assembleia de Deus consiste em um grupo de igrejas articuladas, mas que podem ser fundadas por lideranças individuais (pessoas ou famílias de pastores), o que resulta em divisões e disputas internas. Para resolver este problema a Assembleia de Deus realiza convenções que são associações fraternas (para fortalecimento de laços) entre os distintos ministérios. Os ministérios são o espaço de exercício de poder e influência e as convenções são as articulações que resultam em coalizões internas e apoio político².

A presença de políticos evangélicos e de outras denominações, segundo Martins (2021), também, pode ser vista em diversas siglas partidárias que atuam no sistema político do país. Atualmente, dentro os diversos partidos registrados para disputar eleições pelo menos três legendas são assumidamente cristãs: o Democracia Cristã (DC), o Partido Social Cristão (PSC) e o Partido Trabalhista Cristão (PTC).

² Maiores detalhes sobre o funcionamento da Assembleia de Deus podem ser encontrados em: <https://religioepoder.org.br/artigo/frente-parlamentar-evangelica-reconfigura-lideranca-para-2022/>

Por outro lado, percebendo a influência da matriz religiosa no processo político, os partidos de esquerda começaram a recrutar candidatos evangélicos criticando a instrumentalização política da fé por parte dos partidos de direita e passaram a apostar em candidaturas evangélicas mais progressistas que defendem bandeiras mais afinadas com os discursos da liberdade e da igualdade como a defesa do estado laico e pautas relacionadas aos direitos humanos e à igualdade de gênero (ISER, 2021).

Diversos movimentos evangélicos estão se organizando para se contrapor a instrumentalização política da fé por diversos segmentos neopentecostais. Desta forma grupos como: Cristãos Contra o Fascismo, Movimento pela Bancada Evangélica Popular, Frente Evangélica pelo Estado de Direito, Evangélicas pela Igualdade de Gênero, Evangélicos pela Diversidade, entre outros, tem se mostrado contrários a mobilização do eleitorado evangélico na defesa de pautas conservadoras e tem se disponibilizado a disputar o eleitor dentro das congregações e incluir no debate pautas de garantia dos direitos sociais e da inclusão dos pobres nas políticas públicas, que não são consideradas nas argumentações dos grupos conservadores (ISER, 2021).

Um dos argumentos é que, segundo os movimentos evangélicos de esquerda, as lideranças conservadoras sempre associam a palavra esquerda ao "mal", embora os conceitos de esquerda e direita tenham surgido apenas na Revolução Francesa, muitos séculos depois da crucificação de Jesus Cristo. Por esta razão, segundo avaliações das lideranças ligadas ao campo da esquerda, torna-se necessário disputar com a direita os votos desse segmento que representa quase um terço do eleitorado.

De qualquer forma, a influência de líderes religiosos na política eleitoral tem gerado debates calorosos sobre o impacto do crescimento da bancada religiosa para as instituições democráticas e no comportamento eleitoral. Além disso, a participação de líderes religiosos na política tem contribuído para intensificar a polarização política, dividindo a sociedade entre valores religiosos e seculares.

Para Mariano (2002) a relação dos líderes religiosos com a política, representa uma tensão permanente na relação entre os poderes e uma ameaça para a democracia. Para o autor, a interferência nas políticas públicas pelos evangélicos, geram choques que podem causar preconceitos na sociedade e discriminação contra outros grupos sociais, especialmente grupos minoritários de natureza sexual, cultural, étnica ou religiosa.

Para o pesquisador a religião está ancorada na fé e a política na racionalidade e que, portanto, a religião move as pessoas pelos dogmas e a política move pelas convicções. Por isso, a religião é incompatível com a democracia.

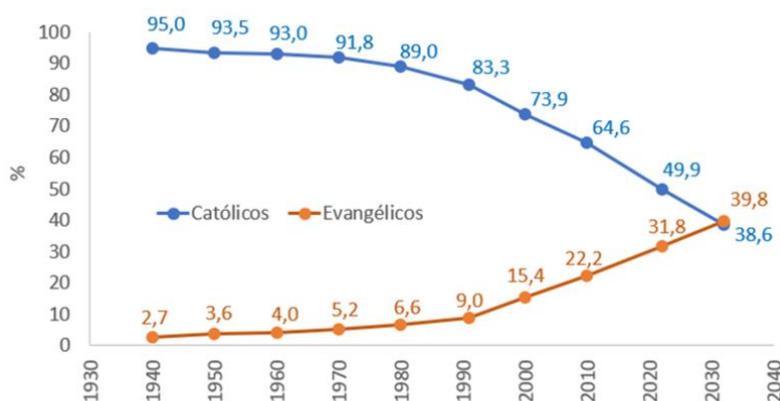
1.4. Evangélicos na população e no eleitorado

O Brasil representa o maior país católico do mundo e possui mais de 100 milhões de habitantes que se autodeclaram católicos (praticantes ou não praticantes). Até aproximadamente meados do século XX, os católicos representavam mais de 90% da população. Mas este quadro veio mudando rapidamente nas últimas décadas, com o acelerado crescimento da população autodeclarada evangélica.

Segundo dados do DataFolha de 2019, um a cada três brasileiros é evangélico e eles são predominantemente negros ou pardos, pobres, moderadores das periferias e do sexo feminino. Se o número de evangélicos continuar crescendo na mesma velocidade das últimas décadas, o Brasil se tornará um país de maioria protestante até 2032³.

Para se ter uma ideia, em 1940, quando o Brasil fez o seu primeiro Censo, os evangélicos representavam apenas 2,7% da população. Em 2010, esse percentual passou a representar cerca de 22,2%, e segundo dados preliminares referentes ao Censo de 2022⁴, a população evangélica poderá chegar a 33% da população brasileira. A projeção é que a população evangélica supere os católicos até 2032, conforme ilustrado no gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Transição religiosa no Brasil⁵



Fonte: IBGE de 1940 a 2010 e projeções para 2022 e 2032

³ Disponível em: <https://www.observatorioevangelico.org/sobre/>

⁴ Os dados do Censo de 2022 referente ao autodeclaração religiosa ainda não foram amplamente divulgados pelo IBGE.

⁵ Gráfico disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/585245-transicao-religiosa-catolicos-abaixo-de-50-ate-2022-e-abaixo-do-percentual-de-evangelicos-ate-2032>

Historicamente a igreja católica teve uma presença privilegiada na vida nacional desde o início do projeto colonial português. O catolicismo foi a religião oficial do Estado brasileiro até a Proclamação da República em 1891, quando o Estado passou a ser laico. Devido seu protagonismo na fase colonial e durante boa parte do Império a igreja católica cresceu muito se fortalecendo junto às populações rurais, com baixa mobilidade social e com pouco dinamismo econômico.

Segundo matéria veiculada pelo site EcoDebate⁶, durante grande parte de nossa história a Igreja Católica deteve quase que exclusivamente o monopólio da fé numa sociedade marcada pela sociabilidade rural e agrária, sexista, escravista e racista, com baixa mobilidade social, altas taxas de natalidade e mortalidade, famílias numerosas, uma estrutura etária muito jovem, um modo de produção pouco diversificado e complexo, estando a maioria da população classificada como pobre, com baixo padrão de consumo, com baixo nível de escolaridade, com pouco acesso à informação e baixa capacidade de mobilização e expressão. Sem dúvida, a Igreja Católica se adaptou perfeitamente a este ambiente social e conviveu bem como uma cultura patrimonialista, pouco democrática, com muita desigualdade econômica e com baixa liberdade de iniciativa.

Contudo, conforme salienta Ritz (2023) com o processo de desenvolvimento e de urbanização e a disseminação de valores modernos, como o individualismo e o secularismo, a sociedade brasileira produziu um desenraizamento da população rural que migrou para as periferias dos centros urbanos e não encontrou apoio e presença da igreja católica, oferecendo oportunidades para o engajamento de novas matrizes religiosas na vida nacional.

Por outro lado, a expansão da educação para as áreas rurais e maior disponibilidade de meios de informação, permitiram o acesso a diferentes perspectivas religiosas, o que acabou por incentivar o pluralismo religioso, especialmente entre os jovens que tendem a valorizar a espiritualidade individual em vez de seguir religiões altamente hierarquizadas (PEREIRA, 2023).

Além do mais, a migração em massa produzida e incentivada pelo Estado a partir do final do século XIX, possibilitou o ingresso de novas matrizes religiosas na vida nacional, trazidas de diversas partes do mundo, o que acentuou ainda mais o pluralismo e a emergência de novas religiões na vida nacional, contribuindo para a redução da hegemonia do catolicismo na vida nacional (GONZALEZ, 2006).

Outra variável mobilizada para explicar o declínio do catolicismo no Brasil é a redução na oferta de novos padres, pois a maioria da mão-de-obra religiosa provinha de famílias do meio

⁶ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/igrejas-evangelicas-multiplicam-templos-e-expandem-influencia-politica>

rural, o que serviu como ativo para a diminuição do ativismo clerical, especialmente nas pequenas e médias cidades do interior do país (PEREIRA, 2023).

Além do mais, o declínio da presença da Igreja Católica no país também pode ser explicado como parte de um processo maior de transformação religiosa, no qual instituições religiosas tradicionais enfrentam desafios em se adaptar a um mundo cada vez mais plural e secularizado.

No mundo moderno, há mudanças significativas no comportamento e na estrutura familiar que diminuiu a influência da Igreja na educação moral e religiosa, especialmente entre as gerações mais jovens. A rigidez da igreja católica, especialmente em relação a sexualidade e a tradição familiar tem alterado o apoio de determinados grupos a manutenção da estrutura moral presente na igreja. Esses fatores, aliados aos casos de corrupção, abuso sexual e outros escândalos dentro da Igreja minaram sua credibilidade frente a opinião pública (FRANCO, 2012).

Ademais, existe uma certa percepção de que a Igreja é lenta para responder a questões modernas, como direitos LGBTQ+, igualdade de gênero e justiça social, o que também contribui para o afastamento de certos grupos sociais, abrindo espaço para a expansão de novas perspectivas religiosas, especialmente o neopentecostalismo.

O neopentecostalismo é uma vertente do movimento pentecostal e teve sua expansão produzida por volta da década de 1970, como resultado da transformação e readaptação das igrejas pentecostais que não se adaptavam as transformações do mundo moderno. Neste sentido, enquanto o pentecostalismo tradicional prega a salvação e a santificação como formas de aproximação a Deus, o neopentecostalismo associa a fé ao sucesso financeiro e pessoal (MARIANO, 2002).

O protestantismo, através do movimento neopentecostal, possibilitou um rápido crescimento das igrejas evangélicas no Brasil. Segundo Mariano (2002), as Igrejas Neopentecostais realizaram as mais profundas acomodações à sociedade moderna, abandonando vários traços sectários, hábitos ascéticos e o velho estereótipo pelo qual os “crentes” eram reconhecidos e estigmatizados no contexto social, abolindo certas marcas distintivas e tradicionais de sua religião, propondo novos ritos, crenças e práticas, dando ares mais brandos aos costumes e comportamentos como em relação às vestimentas, maquiagem, músicas, cultos e práticas religiosas. O prefixo “neo” é utilizado para marcar sua recente formação, bem como seu caráter de “novidade” dentro do protestantismo, mais especificamente do pentecostalismo (MARIANO, 2002),

Um levantamento realizado pelo do pesquisador Victor Araújo, do Centro de Estudos da Metrópole⁷, com base em registros de novos CNPJs na Receita Federal, mostra que a proliferação dos locais de culto evangélico, especialmente os neopentecostais, cresceu significativamente ao longo das últimas décadas. Entre 2010 e 2019, o número de novos templos praticamente dobrou em comparação com a década anterior, passando de 54.000 para mais de 100.000, segundo o estudo.

Outro levantamento realizado em 2019 pelo CEM/Cepid⁸ no Brasil, as igrejas evangélicas pentecostais representam o grupo com maior número de templos em relação as outras matrizes do protestantismo (atualmente, pesquisadores segmentam os protestantes em três grandes grupos: missionários ou tradicionais, pentecostais e neopentecostais). Segundo o levantamento do CEM/Cepid as igrejas evangélicas estavam assim distribuídas⁹:

- ✓ 48.781 templos pentecostais;
- ✓ 22.400 templos missionários
- ✓ 12.825 templos neopentecostais
- ✓ 25.554 templos evangélicos não enquadrados, por especialistas, em nenhuma das três ramificações.

Segundo explica Silva (2023)¹⁰ dois são principais fatores explicam o *boom* dos templos evangélicos no Brasil após a década de 1990. O primeiro foi a promulgação da Lei nº 10.825/2003, sancionada durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Essa lei facilitou a abertura de templos no Brasil ao desobrigar as igrejas de uma série de responsabilidades estatutárias, inclusive com a isenção no pagamento de impostos e outras obrigações patrimoniais.

Com a aprovação desta lei, organizações religiosas e partidos políticos foram definidos como pessoas jurídicas de direito privado. Isso garante que instituições de qualquer religião sejam criadas, sem que o Estado possa negar seu registro.

A segunda explicação está no forte crescimento econômico no período de 2000 a 2010. Nesse período os incentivos para a abertura de novos templos aumentaram, uma vez que as famílias, sobretudo aquelas de renda média e baixa, passaram a possuir mais renda excedente para

⁷ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/igrejas-evangelicas-multiplicam-templos-e-expandem-influencia-politica>

⁸ O Centro de Estudos da Metrópole (CEM) é um dos Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (CEPIDS) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

⁹ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/crgl7x0e0lmo>

¹⁰ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/crgl7x0e0lmo>

transferir para as igrejas na forma de dízimos e ofertas, o que se relacionou positivamente com abertura de novos templos.

Por outro lado, A facilidade em formar pastores é outro elemento lembrado pelos pesquisadores como responsável pelo crescimento das congregações evangélicas. Enquanto na igreja católica um padre precisa ficar no seminário anos seguidos até poder celebrar a primeira missa, na igreja evangélica, muitas vezes, a formação dura menos de seis meses.

De qualquer forma, os evangélicos representam uma parcela significativa da população brasileira e têm ampliado sua influência no Legislativo, Executivo e até no Judiciário. Segundo dados do IBGE (2022), cerca de 31% da população brasileira se declara evangélica, e essa presença é refletida no aumento de parlamentares evangélicos nas diversas esferas do poder político, seja nacional ou subnacional.

1.5. O Protestantismo nas arenas decisórias

Uma das consequências mais imediatas da expansão dos evangélicos na população e sua conexão com a esfera política, pode ser observado tanto na expansão da bancada evangélica no Congresso Nacional quanto na formação da frente parlamentar evangélica que atuam no interior do poder legislativo nacional.

Para entender a atuação evangélica no interior do legislativo torna-se necessário estabelecer os dois mecanismos de atuação dos evangélicos na política institucional, no caso a diferença entre bancada evangélica e frente parlamentar evangélica.

Essas diferenças se tornam necessárias pois essas duas organizações apresentam objetivos e dinâmicas próprias e entender o papel de cada uma no espaço legislativo ajuda a compreender melhor as propostas, os interesses e a função de cada uma na agenda política. É importante enfatizar, também, que frentes e bancadas atuam de formas distintas, e não são excludentes, mas complementares¹¹.

A bancada tem um caráter mais informal e geralmente é constituída por um grupo de parlamentares suprapartidários para articular interesses em comum, como no caso da bancada ruralista e a da segurança pública; ou então em defesa de uma região, como a bancada da Amazônia. Na perspectiva religiosa existe a bancada evangélica que está em atividade desde 1986.

¹¹ Uma explicação mais detalhada sobre a diferença entre bancada e frente parlamentar pode ser encontrado em: <https://religioepoder.org.br/analise/frentes-e-bancadas/>

Já no caso das Frentes Parlamentares, estas necessitam atender certos requisitos institucionais para seu funcionamento como: adesão de pelo menos um terço dos integrantes da Câmara, dispor de um representante oficial que se relacione com a presidência da casa e discutir leis relacionadas a um tema específico (LIMA, 2023).

A existência das frentes parlamentares foi institucionalizada em 2005, com a edição do Ato. nº 69/2005 da Mesa Diretora, e seu objetivo consiste em organizar e institucionalizar os grupos já articulados em torno de interesses comuns. Para isso, as frentes parlamentares podem ser mistas, articulando tanto parlamentares da Câmara quanto do Senado, sendo que os parlamentares podem participar de mais de uma frente (LIMA, 2023).

As frentes têm vida limitada e devem ser formadas em cada legislatura, ou seja, para uma determinada frente funcionar na próxima legislatura ela deve novamente articular os parlamentares e fazer o registro novamente junto a mesa diretora. Essa necessidade de constantes articulações faz com que um certo número de parlamentares não tenha ligação, ou pretendam ter, com o tema específico ou com a área de atuação temática. Isso acontece devido à imposição regimental que exige que as frentes reúnam um terço dos parlamentares. Assim, muitos deles e delas passam a integrar uma frente no momento da coleta de assinaturas porque necessitarão desse mesmo apoio quando decidirem integrar a criação de uma frente de seu interesse.

No caso da frente parlamentar evangélica, que se constitui numa das mais antigas em funcionamento no Congresso Nacional estando em funcionamento desde 2005, estas possuem elevada organização, mas, nem sempre são formadas por deputados que se identificam com determinada matriz religiosa. Os legisladores aderem por afinidade com a proposta ou apenas para facilitar a existência da articulação e usar o apoio como capital político em votações posteriores.

Na atual legislatura (2023 - 2026), segundo dados do Portal da Câmara, a Frente Parlamentar Evangélica conta com 228 integrantes, sendo 202 deputados federais e 26 senadores. Do ponto de vista partidário essa frente é composta por 15 partidos das mais diversas tendências ideológicas. Desta totalidade, segundo ainda dados do Portal da Câmara, só 26 congressistas podem ser contabilizados como aliados ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O comando da frente está sob a liderança do deputado Silas Câmara (Republicanos-AM), considerado independente.

A ala mais radical da frente, constituída por parlamentares ligados a direita e a extrema direita dominam a frente parlamentar evangélica, pois contam com a adesão de 119 congressistas.

Ou seja, mais da metade da frente está alinhado aos valores do conservadorismo religioso, comprometido com pautas morais e de oposição ao governo Lula.

Isto reflete a necessidade constante de negociação por parte do governo com os deputados desta frente e sua organização lhe confere elevado poder de veto em projetos de autoria da ala mais progressista do Congresso Nacional.

1.6. A atuação dos evangélicos no poder local

Na perspectiva de Cervi e Neves (2019) as eleições municipais desempenham um papel estratégico no sistema eleitoral na medida em que começam a organizar partidos e candidatos para as eleições regionais e nacionais que acontecem dois anos depois. Como o Congresso Nacional, as assembleias legislativas, os governos estaduais e a Presidência da República são disputadas concomitantemente, a única eleição anterior para organizar as forças políticas é a disputa para prefeitos e vereadores na esfera do poder local.

No sistema federativo brasileiro, o município é o terceiro ente federado, onde prefeitos e vereadores têm mais poder institucional do que em outros países. Por disporem de autonomia em matéria fiscal, sendo responsáveis pelo patrimônio histórico e cultural, além de legislarem com exclusividade em matérias de regulação e uso do solo, a interferência nas decisões emanadas do poder local é muito valorizada por determinados grupos de interesse (CERVI e NEVES, 2019)

No caso da participação de candidatos evangélicos, a atuação deste segmento nas disputas eleitorais do poder local, além de se apresentar como meio de fortalecimento da instituição religiosa, tem uma conotação estratégica para possibilitar a adesão e fidelização do eleitorado a outros cargos mais importantes na estrutura hierárquica do poder político, especialmente na eleição dos deputados, senadores e cargos do poder executivo.

A vereança, segundo Noll e Leal (2008) se constitui um cargo estratégico na estrutura da hierarquia da carreira política brasileira, pois se apresenta como uma espécie de porta de entrada para o mundo da política, gerando ganhos para a formação de lideranças políticas e conexão com o eleitorado.

No Brasil, algumas pesquisas já indicam que a maioria dos deputados iniciam sua carreira como vereador (NOLL; LEAL, 2008). Isto acontece porque o vereador tem um papel próximo à população, lidando com questões locais e específicas da cidade. Isso permite que os candidatos criem uma base de apoio sólido para a consolidação de sua liderança, inclusive possibilitando sua passagem para cargos mais relevantes na hierarquia da política institucional brasileira.

Ademais o cargo de vereador funciona como um aprendizado para que determinadas lideranças comecem a entender o funcionamento do sistema político, incluindo processos legislativos e administrativos, além da experiência prática de atuação na gestão pública.

Por outro lado, a campanha para vereador é geralmente mais barata, simples e mobiliza comunidades mais restritas em comparação a outros cargos políticos mais elevadas na hierarquia do federalismo brasileiro, como deputados, senadores e governadores; o que facilita a mobilização e participação de igrejas que atuam no plano local.

No Brasil, o poder local tem recebido pouca atenção nos estudos da Ciência Política, especialmente sobre eleições, carreiras políticas e recrutamento e seleção de lideranças, entretanto a função do vereador é muito importante, pois além de ser o representante que está mais próximo da população é ele quem articula as demandas locais com os governos e parlamentares que atuam em instâncias superiores.

O vereador também fiscaliza o trabalho do prefeito e da administração municipal, e propõe projetos de interesses de setores que atuam localmente, possibilitando que os interesses das igrejas também sejam considerados nas decisões emanadas das prefeituras e das Câmaras Municipais.

Segundo a percepção de Hoyler e Marques (2023), eleger vereadores assume função estratégica para determinados grupos de interesse porque funcionam como cabos eleitorais em determinadas comunidades, possibilitando a transferência de votos de políticos locais para aqueles concorrendo a cargos estaduais e nacionais, além de ajudar a difundir a campanha de deputados em regiões específicas.

Na esfera eleitoral, os candidatos necessitam de votos para furar as cláusulas de barreiras impostas pelo quociente eleitoral e partidário. Nesse sentido, contar com o apoio de lideranças locais se constitui como um capital político importante para a chegada dos grupos de interesse em cargos mais elevados na estrutura de aproximação com o poder político na esfera estadual e federal.

Por esta razão, os evangélicos têm demonstrado grande capacidade em formar redes de conexão entre as estruturas locais e nacionais, onde a eleição de vereadores assume grande relevância, sendo considerado um cargo altamente disputado pelas igrejas no território nacional.

1.7. Por que estudar o perfil sociopolítico das candidaturas evangélicas?

Na esfera política, os estudos sobre o perfil sociopolítico das candidaturas são escassos, entretanto, essa dimensão do entendimento da política é muito importante, pois, permite interpretar melhor as escolhas do eleitorado, as estratégias das campanhas e os rumos das políticas públicas em disputa.

Bobbio (2001) ao analisar a distinção entre direita e esquerda, evidencia que entender o perfil sociopolítico dos representantes se torna importante porque permite ao sistema político estabelecer certa previsibilidade sobre as prioridades e as ações dos deputados durante o mandato. Variáveis com gênero, raça, escolaridade, idade entre outros atributos presentes na representação permite aos grupos de interesse, selecionar representantes mais alinhados com determinadas demandas, de forma a conseguir apoios para projetos e mudanças institucionais.

Bourdieu (2013) também encontra elementos para defender os estudos sobre a necessidade de entender o perfil da classe política. Para ele, o capital social, cultural, a origem socioeconômica, além de marcadores de raça, gênero, escolaridade, entre outros, influenciam o *habitus* (disposições internalizadas) que moldam a trajetória política e as decisões dos atores políticos.

Por outro lado, marcadores de diferenciação social, mesmo entre grupos homogêneos, permite entender como determinadas características inerentes aos indivíduos se sobrepõem a marcadores de sociabilidade, diferenciando as relações entre as pessoas na vida coletiva.

No Brasil, mesmo sendo um país marcado pela diversidade étnica, social e cultural, os espaços de representação pouco refletem a diversidade presente na população brasileira (SILVA, SOUZA e MOREIRA, 2023). Para esta interpretação, em relação a raça, por exemplo, a maioria dos cargos eletivos, são ocupados por políticos do gênero masculino e da raça branca, fato este que torna as mulheres, em geral, e as mulheres negras, em particular, como grupos carecedores de voz política efetiva perante as instâncias de deliberação pública.

Apesar de serem uma parcela significativa do eleitorado e das bases de apoio de partidos e movimentos, a representação política das mulheres evangélicas ainda enfrenta desafios relacionados à marginalização de gênero e à predominância de lideranças masculinas no campo religioso e político.

No interior das igrejas é claramente reconhecido a marginalização feminina que reforça a manutenção de desigualdades estruturais existentes na sociedade, normalizando a submissão e o controle masculino, tão característico deste universo (MARIZ, 1994). Em muitas denominações

evangélicas, as mulheres são impedidas de ocupar posições de liderança pastoral, sendo relegadas a funções auxiliares, como coordenação de atividades voltadas a mulheres e crianças.

Ademais, a teologia da complementariedade é comum entre os evangélicos, afirmando que homens e mulheres têm papéis distintos, mas complementares. Nesse modelo, as mulheres são frequentemente relegadas ao cuidado da casa, educação dos filhos e apoio aos homens.

Para Coutinho (2022) e Costa (2016) os processos de transformação do papel das mulheres no âmbito da Igrejas evangélicas ainda encontram uma resistência vinculada a interpretação fundamentalista de textos bíblicos, fortalecida por ideias patriarcais, enraizadas na cultura machista. Como exemplo podemos citar o texto I, Timóteo 2:11-12 que ensina que “a mulher aprenda em silêncio, com toda a sujeição. Não permito, porém, que a mulher ensine, nem use de autoridade sobre o marido, mas que esteja em silêncio” e em 1º Coríntios 14:34-35: "As mulheres estejam caladas nas igrejas, porque lhes não é permitido falar". E, se querem aprender alguma coisa, interroguem em casa a seus próprios maridos, porque é indecente que as mulheres falem na igreja".

Esta exclusão é amplamente reforçada no ambiente político. Segundo dados do *Atlas da Violência Política* (2022), o perfil médio das candidaturas evangélicas é masculino, enquanto mulheres evangélicas são frequentemente utilizadas como "candidatas laranjas" em alguns partidos, para cumprir as cotas eleitorais. Isto reforçaria a distância enfrentada pelas mulheres evangélicas em relação a diferença entre o número de candidatas e o número de eleitas.

Apesar do reconhecimento da ascensão de algumas lideranças femininas no contexto das igrejas evangélicas e sua inserção na esfera política, como Damares Alves (Republicanos) e Flordelis (PSD) e outros nomes em contextos regionais. A atuação destas parlamentares está frequentemente alinhada aos interesses das lideranças masculinas. Isso reflete a influência das lideranças masculinas sobre as agendas políticas dessas parlamentares, que atuam em sintonia com o discurso hegemônico de suas igrejas.

No campo dos estudos feministas, já há um relativo crescimento dos estudos que destacam o “não-poder das mulheres” na política formal, notadamente das mulheres negras (SILVA, 2023). Nestes estudos enfatiza-se a sub-representação da parcela feminina da sociedade e as inúmeras barreiras que impedem o seu acesso e permanência nos espaços decisórios. Além disso, muito já se publicou sobre as políticas de cotas como estratégias de enfrentamento da exclusão das mulheres da chamada esfera pública e, mais recentemente, sobre o papel da Justiça Eleitoral e dos partidos políticos na superação da desigualdade de gênero na política, entretanto

são quase inexistentes estudos sobre a diferenciação entre os gêneros, resultante de variáveis socioeconômicas e territoriais presente na competição política.

A qualidade das lideranças políticas é outro fator mobilizado para diferenciar os grupos e sua ascensão na hierarquia dos cargos políticos. A baixa qualificação, medido por indicadores de escolarização é constantemente lembrado como um fator impeditivo para a eleição de determinados candidatos, especialmente em contextos democráticos onde a educação formal está fortemente ligada à mobilidade social e ao poder de influência. Embora existam exceções e contextos específicos nos quais a escolaridade não é o principal determinante do sucesso eleitoral, a educação tem um impacto relevante para o empreendimento eleitoral (PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009).

Desde a década de 1960, autores como Lipset (1967) já informava que candidatos com maior escolaridade tendem a ter uma formação técnica e acadêmica que os capacita a entender questões complexas, como economia, saúde, educação, e política pública. Isso é um fator importante em campanhas eleitorais, onde a capacidade de comunicar propostas e demonstrar competência é valorizada.

Nesta interpretação, a escolaridade, especialmente o ensino superior, é frequentemente associada à capacidade de gerenciar recursos e liderar equipes, habilidades que são essenciais em cargos públicos como vereadores, deputados ou prefeitos. Ademais, a escolaridade se constitui como um atributo para a seleção de líderes porque contribui para a capacidade de articular propostas de forma clara e eficaz, o que é uma vantagem importante em debates e discursos públicos. Campanhas eleitorais frequentemente exigem habilidades avançadas de comunicação, que são aprimoradas por uma educação formal mais robusta (PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009).

1.8. O contexto sociopolítico das eleições municipais e o avanço do conservadorismo no sistema eleitoral e partidário.

Segundo Oliveira (2017) as eleições municipais no Brasil, especialmente a partir de 2016, sofreram por grandes mudanças no sistema eleitoral e partidário, especialmente pelo contexto político e social do período, marcado por grande instabilidade, diretamente influenciado pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, que havia sido destituída do cargo em agosto de 2016. Esse cenário teve um impacto significativo nas dinâmicas eleitorais, no comportamento dos partidos e na relação entre o eleitorado e a classe política.

Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), na metade de seu segundo mandato foi afastada sob acusações de pedaladas fiscais e de edição de decretos de crédito suplementar sem aprovação do Congresso. Para muitos críticos o impeachment de Dilma teve muito mais uma motivação política, resultado do interesse de setores da oposição e do mercado em retirar o PT do poder e reorganizar a coalizão governista.

Embora Dilma não tenha sido diretamente implicada nas investigações da Operação Lava Jato, o escândalo de corrupção envolvendo a Petrobras e outros esquemas fragilizou a imagem do PT e de seu governo. O caso mobilizou setores da sociedade e do Congresso que usaram o tema como justificativa para o impeachment.

A mídia desempenhou um papel central neste processo ao amplificar as críticas ao governo e reforçar a narrativa de crise e corrupção. Manifestações populares, em sua maioria contrárias ao governo, criaram pressão adicional sobre o Congresso para levar o processo adiante (AVRITZER, 2018, 2019; SINGER, 2018).

Outro fator importante está relacionado ao desempenho econômico, pois, naquele momento, o país enfrentava uma grave recessão, com aumento do desemprego, inflação elevada e retração do PIB. Esses fatores desgastaram a imagem do governo e ampliaram o descontentamento da população, o que enfraqueceu ainda mais o governo em sua capacidade de articular apoio político e manter estável a coalizão governista.

Na esfera da atuação do poder judiciário, a chamada operação “Lava Jato”, que investigava esquemas de corrupção envolvendo políticos e grandes empresas, também contribuiu para intensificar a desconfiança da população em relação às instituições políticas. Diversos líderes políticos, especialmente do PT, foram alvos de denúncias, o que contribuiu para um desgaste ainda maior da imagem do partido (AVRITZER, 2018, 2019; SINGER, 2018).

Em razão destes fatores, a presidenta passou a enfrentar dificuldades para manter a base de apoio no Congresso Nacional, o que gerou rupturas e dissidências. A relação com o PMDB, principal aliado do PT na época, deteriorou-se, e lideranças como Eduardo Cunha (então presidente da Câmara) se tornaram opositores ativos. Essa ruptura fragilizou o governo e abriu caminho para a tramitação do processo de impeachment. O então vice-presidente Michel Temer, do MDB (à época PMDB), assumiu a presidência, o que gerou reações diversas, incluindo acusações de "golpe parlamentar" feitas por setores da esquerda (AVRITZER, 2018, 2019; SINGER, 2018).

Na esfera política, uma das consequências mais imediatas do impeachment foi a retração da atuação dos partidos de esquerda na esfera eleitoral e o crescimento dos partidos de direita, que culminou com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. O PT, por exemplo, que havia sido um dos partidos mais fortes nas eleições municipais anteriores, sofreu um grande revés em 2016. O partido perdeu diversas prefeituras importantes, incluindo São Paulo, onde o então prefeito Fernando Haddad foi derrotado no primeiro turno por João Doria, do PSDB.

A ascensão da direita pode ser visualizada a partir dos dados comparativos das diversas eleições. Na eleição de 2008 os candidatos do PT venceram o pleito em 550 municípios. Em 2012 ampliaram essa vantagem vencendo a eleição em 630 cidades. Entretanto, em 2016, o PT teve uma queda significativa no seu desempenho eleitoral, vencendo em apenas 256 cidades, o que significa uma retração de mais de 40% em relação ao período anterior.

Com esses resultados, o PT que era o 3º maior partido em número de prefeitos em 2012, caiu para a 10ª colocação em 2016. Na medida em que houve a retração dos partidos alinhados a pautas progressistas houve a ascensão dos partidos de direita, que passaram a ocupar um espaço cada vez mais relevante na esfera eleitoral.

Por outro lado, segundo dados do Observatório Evangélico, entre 2016 e 2022, pelo menos no que diz respeito aos que se autodeclaram evangélicos no nome de urna e na indicação da ocupação profissional ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mais de 80% dos candidatos deste segmento religioso eram filiados a partidos de direita.

Partidos de matriz religiosa como o Partido Republicano Brasileiro (atualmente, apenas republicanos), o Partido Social Cristão (PSC), Democracia Cristã (DC) e o Partido Liberal, que abriga uma proporção bastante elevada de candidatos evangélicos, tiveram uma taxa de crescimento bastante elevada nas eleições brasileiras após o *impeachment* de Dilma Rousseff.

Além do mais, o fortalecimento desses partidos também está relacionado com o alinhamento com outras forças conservadoras, como o agronegócio e setores da classe média conservadora. Essa aliança ajudou a consolidar uma plataforma política que promove temas como liberdade econômica, segurança pública e a preservação de valores tradicionais, frequentemente apoiados por uma significativa parcela da população evangélica.

As redes sociais desempenham um papel central na polarização atual. Durante as eleições de 2018 e 2022, as campanhas conservadoras, especialmente as ligadas a Bolsonaro, usaram as plataformas digitais para espalhar suas mensagens e atacar as esquerdas e as pautas progressistas defendidas por estas agremiações. Ao mesmo tempo, essas redes permitiram o

crescimento de narrativas conspiratórias e desinformação, o que ajudou a radicalizar ainda mais as posições políticas no Brasil (SANTOS, 2021)).

Na fase atual da política brasileira, a literatura tem dado destaque para a elevada polarização política entre conservadores e progressistas, marcado por um confronto ideológico mais acentuado, principalmente desde a eleição de 2018 e o retorno de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência em 2023. A dinâmica dessa polarização envolve vários elementos, principalmente a ascensão e fortalecimento da direita conservadora, a expansão das bancadas evangélicas na política formal e o atual papel e reação dos movimentos progressistas neste processo.

De qualquer forma, não se pode negar que as igrejas evangélicas tem sido um importante aliado do conservadorismo no Brasil. Com uma base crescente de fiéis, principalmente no Norte e Nordeste, os líderes evangélicos desempenham um papel central na articulação política. A defesa de valores tradicionais da família e a crítica ao avanço das pautas progressistas, como a legalização do aborto ou os direitos LGBTQIA+, fazem parte de um discurso comum entre conservadores.

Capítulo 2

O PERFIL SOCIOPOLÍTICO DE CANDIDATOS EVANGÉLICOS NAS ELEIÇÕES DE 2016 E 2020

Nesta unidade o foco da pesquisa está na análise dos dados referente a participação de candidatos evangélicos na eleição de 2016 e 2020, que se constitui em duas eleições consecutivas na esfera local. Nosso objetivo neste capítulo consiste em responder ao problema proposto, de forma a entender o perfil sociopolítico dos candidatos evangélicos que atuam no poder local a partir do dimensionamento das seguintes variáveis: raça, gênero, escolarização, faixa etária e ideologia partidária.

2.1. Aspectos metodológicos da pesquisa.

Para estabelecer análises comparativas sobre o perfil dos candidatos evangélicos na esfera eleitoral, a pesquisa utilizou os dados disponíveis no repositório do Tribunal Superior Eleitoral – TSE referente ao cargo de vereador(a) em todos os municípios do país. Utilizou-se para efeito comparativo tanto o total de candidatos quanto somente os eleitos. Utilizou-se como referência de análise as eleições de 2016 e 2020 que possibilitaram estabelecer comparações, evidenciando a ocorrência de diferenças e semelhanças entre o perfil sociopolítico dos candidatos evangélicos no transcurso de dois períodos eleitorais consecutivos.

Os dados foram organizados a partir de dois recortes analíticos: um que levou em consideração a totalidade de candidatos evangélicos e outro que procurou analisar apenas os eleitos. Este recorte se tornou importante para perceber a existência de semelhanças e discrepâncias no perfil das candidaturas evangélicas a partir da participação desta população no mercado de votos e outro que procurou avaliar apenas aqueles que efetivamente tiveram sucesso neste processo.

Para estabelecer o perfil dos evangélicos na composição das bancadas legislativas nas Câmaras Municipais, os dados foram organizados a partir dos seguintes marcadores: gênero, raça, escolaridade, estado civil, faixa etária, partidos políticos e ideologia partidária.

Devido à dificuldade na identificação do total de evangélicos que disputaram as eleições de 2020, pois os dados do TSE não trazem o marcador religioso no processo de inscrição das

candidaturas, a pesquisa adotou a metodologia proposta por Netto e Speck (2017) que utilizaram como referência aqueles candidatos que informaram no nome que apareceu nas urnas, alguma identificação que pudesse indicar sua vinculação com uma congregação religiosa evangélica como: irmão/irmã, bispo/bispa, missionário/missionária, pastor/pastora, entre outros.

A partir desta metodologia, foi possível selecionar cerca de 7332 candidatos na eleição de 2016, dos quais cerca de 536 foram eleitos e na eleição de 2020 cerca de 9047 candidatos que disputaram a eleição com algum marcador religioso no nome de urna, dos quais cerca de 478 foram eleitos.

A pesquisa considerou a totalidade de municípios existentes no Brasil, excluindo-se aqueles onde não houve eleição ou os resultados não constavam da base de dados no momento da coleta por motivos diversos. Dessa forma, considerou-se 5.668 municípios em 2016 e 5.664 municípios no ano de 2020.

Considerou-se apenas as candidaturas deferidas ou deferidas com recurso, excluindo-se aquelas que apareciam na base de dados como: indeferidas, indeferidas com recurso, cassado, cassado com recurso e aguardando julgamento. Entre os eleitos, considerou-se tanto os eleitos pelo quociente partidário quanto aqueles eleitos pelo cálculo das sobras, desconsiderando-se os casos pendentes de julgamento ou sob *judice*.

O modelo de análise utilizado para efeito de comparação foi a estatística descritiva, que permite medir e descrever as variações entre valores componentes de um mesmo fenômeno em determinado tempo. Neste aspecto, o modelo permitiu estabelecer semelhanças e discrepâncias na comparação entre as duas eleições selecionadas e as candidaturas evangélicas tanto na dimensão agregada quanto distribuídas por gênero.

Para avaliar o desempenho das candidaturas evangélicas ao longo das duas eleições selecionadas, a pesquisa calculou-se a taxa de crescimento e a taxa de sucesso das candidaturas. O primeiro indicador serve para verificar a ocorrência de mudanças na oferta de candidatos evangélicos no mercado de votos ao longo do tempo e o segundo permite avaliar o êxito dessa oferta, calculando a relação entre a oferta de candidaturas e os resultados alcançados, ou seja, permite verificar a expressão numérica entre aquilo que se esperava e o que foi efetivamente alcançado em cada eleição.

2.2. Distribuição das candidaturas evangélicas segundo denominação religiosa

Com base nos dados extraídos do repositório de dados eleitorais do TSE, organizados na tabela abaixo, foi possível perceber que a maior proporção dos evangélicos mapeados na

pesquisa utilizaram a terminologia pastor(a) ou irmão(ã) no nome que apareceu nas urnas. Essas duas denominações religiosas responderam conjuntamente por mais de 90% dos casos analisados, tanto em referência aos candidatos quanto dos eleitos, tanto na eleição de 2016 quanto na de 2020. Os candidatos indicados como missionário(a) e bispo(a) foram minoritários na pesquisa nas duas eleições analisadas.

Isto acontece devido ao fato de que as denominações de irmão(ã) e pastor(a) têm maior alcance entre o eleitorado e são de mais fácil reconhecimento entre a população evangélica, especialmente na esfera local onde a atuação desse segmento ocorre no interior das igrejas, onde essas duas denominações na hierarquia religiosa estão mais presentes.

Mariz (1999) observa que algumas terminologias como a denominação de irmão e irmã é bastante utilizada pelos evangélicos, devido estabelecerem conexão com a ideia de fraternidade entre os fiéis e enfatiza que todos os crentes são iguais perante Deus, independentes de sua posição social ou origem¹². A linguagem de "irmandade" presente nesta denominação reflete o senso de comunidade, que é um valor central para os evangélicos. Chamar-se de "irmão" promove uma conexão imediata e quebra barreiras formais ou hierárquicas.

Já a terminologia de pastor, não apenas identifica o líder espiritual, mas também cria um elo de respeito e autoridade dentro da comunidade, facilitando a comunicação e a organização interna. A palavra pastor, deriva do conceito bíblico de liderança espiritual, inspirado em figuras como Jesus Cristo, chamado de o "bom pastor" em João 10:11. Na prática, o pastor é visto como aquele que guia o "rebanho", ou seja, a comunidade de fiéis, reforçando um papel de liderança deste sujeito.

De qualquer forma, o uso dessas terminologias não apenas aproxima o candidato da comunidade religiosa, mas também fortalece seu capital simbólico dentro das igrejas. Segundo Carranza (2011), essa identidade religiosa compartilhada facilita a aceitação dos candidatos evangélicos entre os fiéis, pois eles são percebidos como alguém que defende os interesses do "povo de Deus" na política.

¹² Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/37451-midia-religiao-e-eleicoes-entrevista-especial-com-magali-do-nascimento-cunha>

Tabela 1 – Candidatos Evangélicos segundo nome que aparece nas urnas.

Evangélicos	2016				2020			
	Candidatos		Eleitos		Candidatos		Eleitos	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Bispo(a)	118	1,6	10	1,9	190	2,1	11	2,3
Missionário(a)	424	5,8	26	4,9	525	5,8	20	4,2
Irmão(ã)	3468	47,3	274	51,1	4116	45,5	200	41,8
Pastor(a)	3322	45,3	226	42,1	4216	46,6	247	51,7
TOTAL	7332	100,0	536	100,0	9.047	100,0	478	100,0

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do TSE

2.3. Variação percentual das candidaturas evangélicas no transcurso da eleição de 2016 para 2020

Para entender melhor a presença das candidaturas evangélicas nas arenas de representação política no transcurso das duas eleições consideradas, calculou-se a taxa de crescimento das candidaturas e dos eleitos, de forma a verificar o desempenho deste segmento ao longo do tempo.

Para efeito desta pesquisa esse indicador se tornou importante, pois se apresenta como um importante preditor da participação dos candidatos evangélicos no processo político e sua manutenção, expansão ou retração no plano local.

Com base nos dados disponíveis verificou-se que as candidaturas evangélicas tiveram um relativo crescimento ao longo do período analisado, saindo de 7332 candidatos em 2016 para 9047 em 2020, o que representa uma taxa de crescimento de 23,4% ao longo do período considerado.

Por outro lado, quando se observa os dados dos eleitos percebe-se uma redução no número de eleitos, numa proporção de -10,8%. Isto indica que após o boom do crescimento das bancadas conservadoras estabelecidas após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, está havendo uma rejeição dos candidatos com apelo religioso por parte do eleitorado.

A esse respeito Santos (2021) informa que os anos de 2015 e 2016 foram marcados por manifestações *pró-impeachment* de caráter reacionário-conservador, antipetista e contra a corrupção. Surgiu uma era das manifestações verde-amarelas e festivas nos finais de semana, principalmente marcada pela presença das elites brancas brasileiras que foi acompanhado por forte apelo midiático de criminalização dos setores progressistas, com denúncias de corrupção e desvio de dinheiro público.

O discurso de ódio, o discurso da antipolítica e a criminalização do governo de esquerda serviram como elementos de crescimento da direita conservadora na eleição de 2016, o que justifica a ascensão de candidaturas evangélicas e a vitória de candidatos conservadores nesta eleição. Entretanto, na eleição de 2020, especialmente após os péssimos indicadores produzidos pela gestão de Jair Bolsonaro, parecem ter o efeito de realinhar os apoios políticos na esfera local, o que responderia pela redução no percentual de evangélicos eleitos no transcurso da eleição de 2016 para 2020 (SANTOS, 2021).

Tabela 2 – Taxa de crescimento das candidaturas e dos eleitos evangélicos no transcurso da eleição de 2016 para 2020

Ano eleitoral	Candidatos	Eleitos
2016	7332	536
2020	9047	478
Taxa de crescimento	23,4	-10,8

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do TSE

2.4. O Perfil sociopolítico das candidaturas evangélicas

Nesta unidade o interesse consiste em analisar o perfil sociopolítico das candidaturas evangélicas de forma a verificar a existência de um conjunto de atributos que conferem a esse representante a capacidade de atender os problemas sociais a partir de critérios racionais, que conferem capacidade técnica para entender os problemas da vida comunitária, sem as amarras das motivações religiosas.

A literatura vem dando destaque para o fato de que diversos elementos da vida social como gênero, cor/raça, faixa etária, estado civil e ideologia partidária são excelentes preditores da diversidade presente na representação e a conexão desta representação com diferentes interesses são bastante valorizados na tomada de decisões, pois podem impactar positivamente na produção de políticas públicas e resolução de problemas sociais.

Além do mais, a análise dessas diferenças ajuda a entender como questões sociais e culturais moldam as oportunidades de acesso a cargos eleitorais para homens e mulheres, negros e negras, jovens e idosos, etc. No caso do presente estudo, o objetivo é refletir sobre a presença de marcadores de exclusão a partir do perfil das candidaturas evangélicas no processo eleitoral, de forma a identificar a existência de desequilíbrios dentro deste grupo que perpetuam a exclusão de mulheres e negros das arenas decisórias.

2.4.1. Candidaturas evangélicas segundo Gênero

Uma das hipóteses levantadas no início desta pesquisa estava ancorada na suposição de que as mulheres evangélicas estavam numa situação de sub-representação em relação aos homens evangélicos.

De fato, em relação ao gênero, os dados indicam que as candidaturas de pessoas autodeclaradas evangélicas são predominantemente pertencentes ao gênero masculino, pois as mulheres tiveram uma participação de apenas 24,4% em 2016 e 29,0% em 2020.

É válido esclarecer que apesar de observarmos um relativo crescimento das candidaturas femininas no transcurso da eleição de 2016 para 2020, os percentuais de participação da mulher evangélica estão abaixo do recomendado pela lei de cotas, que assegura um percentual de pelo menos 30% das candidaturas para um dos gêneros.

Essa evidência pode se apresentar como um indicador da dificuldade da mulher evangélica em se tornar candidatas, pois, por mais que a sub-representação feminina seja uma realidade para todas as mulheres em geral, para as mulheres evangélicas essa exclusão parece ser ainda mais acentuada em razão do conservadorismo presente entre o eleitorado e as congregações religiosas.

A esse respeito, Miranda (2018) e Aragão Filho (2011) aduzem que um dos principais problemas relativos a desigualdade de gênero observado nas igrejas evangélicas é a interpretação machista da exegese bíblica que perpetua a submissão da mulher. Frases como “o homem é o cabeça do casal” ou “as mulheres devem estar caladas na igreja” são usadas para justificar a desigualdade de gênero. Essas interpretações de conteúdo sexista normalizam um ambiente onde a mulher é colocada em uma posição de submissão, perpetuando a cultura da desigualdade.

Por outro lado, quando observamos os dados apenas dos eleitos, a exclusão da mulher evangélica é ainda mais visível, pois na eleição de 2016 apenas 11,8% do total de candidatos evangélicos eleitos eram mulheres contra 88,2% do gênero masculino. Em 2020, apesar do aumento das candidaturas femininas o quadro das eleitas quase não se alterou, pois apenas 12,8% dos eleitos entre os evangélicos eram mulheres.

Estes dados parecem confirmar a hipótese inicialmente levantada sobre a dificuldade da mulher evangélica em se eleger, inclusive numa proporção de exclusão bem superior a exclusão de mulheres presente em outros grupos sociais. Neste aspecto, estudos sobre as eleições municipais de 2022 demonstraram que as mulheres em geral tiveram um índice de eleição em torno de 17%, portanto, as mulheres evangélicas estão mais apartadas das arenas de representação

do poder local em relação a totalidade de mulheres que participaram das eleições municipais no período estudado.

Para esclarecer melhor a posição da mulher em relação a eleição de candidatos do gênero masculino, a pesquisa calculou a taxa de sucesso das candidaturas, que se refere ao cálculo percentual da diferença entre aquilo que foi ofertado (candidatos) e aquilo que foi efetivamente comprado (eleitos). Com base neste cálculo percebe-se que a taxa de sucesso das candidaturas femininas é inferior ao dos homens nas duas eleições analisadas. Em 2016 a taxa de sucesso das candidaturas femininas foi de 3,5% enquanto a dos homens foi de 8,5%. Em 2020 a diferença percentual também foi significativa, pois enquanto as candidaturas femininas tiveram uma taxa de sucesso de 2,3% a dos homens tiveram permaneceram em torno de 6,5, ou seja, mais que o dobro da taxa de sucesso das candidaturas femininas. Isto indica, que entre os evangélicos as mulheres encontram maiores dificuldades em se eleger e são proporcionalmente mais rejeitadas pelo eleitorado em relação as candidaturas masculinas.

Tabela 3 – Candidatos e eleitos evangélicos segundo gênero e taxa de sucesso

Evangélicos	2016				Taxa de Sucesso	2020				Taxa de Sucesso
	Candidatos		Eleitos			Candidatos		Eleitos		
	Freq	%	Freq	%		Freq	%	Freq	%	
Feminino	1789	24,4	63	11,8	3,5%	2628	29,0	61	12,8	2,3%
Masculino	5543	75,6	473	88,2	8,5%	6419	71,0	417	87,2	6,5%
TOTAL	7332	100,0	536	100,0	7,3%	9047	100,0	478	100,0	5,3

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do TSE

2.4.2. Candidaturas evangélicas segundo raça

Em relação a dimensão racial das candidaturas evangélicas partimos da suposição de que os candidatos provindos da população evangélica são predominantes negros (soma de pretos e pardos). Neste aspecto, os dados parecem dar suporte para essa suposição, pois, na eleição de 2016 cerca de 66,8% dos candidatos eram negros e na eleição de 2020 esse percentual chegou a 69,2%. Os evangélicos autodeclarados brancos tiveram participação minoritária em ambas as eleições com 32,6% em 2016 e 29,0% em 2020.

Esse percentual indica que a participação de evangélicos negros concorrendo para a vereança nos municípios do país está crescendo na esfera do poder local, sendo inclusive bem maior do que a presença desta população na pirâmide demográfica do país, o que indicaria uma situação de sobrerrepresentação em relação aos candidatos evangélicos autodeclarados brancos.

Para se ter uma ideia no censo de 2022 realizado pelo IBGE a população negra aparece com um percentual em torno de 55,5% de pessoas, mas, entre as candidaturas evangélicas, a participação desta população é bem superior aos outros segmentos raciais na representação municipal.

Por outro lado, é válido mencionar que a melhoria da situação de candidatos negros no transcurso da eleição de 2016 para 2020 pode apresentar alguma relação com o fenômeno recente observado na esfera eleitoral chamado de “afroconveniência”, em que candidatos que se autodeclararam como brancos em uma dada eleição passaram a se declarar negros na eleição subsequente (SILVA, 2024).

De forma simplificada, o termo afro-conveniência é utilizado pelo movimento negro para descrever o comportamento de pessoas ou instituições que adotam aspectos da cultura negra, se identificam como negras ou utilizam questões raciais de forma oportunista, sem um comprometimento genuíno com a luta antirracista ou com a valorização da cultura afrodescendente. Esse conceito é geralmente aplicado em situações na qual essa "conveniência" é percebida como um meio de obter vantagens sociais, políticas, econômicas ou simbólicas.

De fato, segundo Silva (2023), o crescimento das candidaturas de pessoas negras neste período pode estar relacionado a uma conveniente estratégia utilizada por alguns candidatos para obter benefícios derivados das políticas afirmativas para pessoas negras que foram deliberadas pelo TSE e passaram a ser de cumprimento obrigatório pelos partidos a partir da eleição de 2020.

Entre esses benefícios, podemos citar a decisão do TSE estabelecida no julgamento de 2020¹³, onde os candidatos negros passaram a receber recursos proporcionais na distribuição das verbas do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e do tempo de propaganda no rádio e na televisão, o que levou alguns candidatos a tentarem melhorar sua posição no acesso a esses recursos e, conseqüentemente, terem maiores possibilidades de vitória na esfera eleitoral.

Esse fenômeno contagiou o processo eleitoral com um todo e pode se apresentar como uma provável explicação para a expansão de pessoas negras entre as candidaturas evangélicas no transcurso da eleição de 2016 para 2020.

Por outro lado, apesar do evidente crescimento das candidaturas de pessoas evangélicas autodeclaradas negras no transcurso da eleição de 2016 para 2020, entre os eleitos observa-se uma ligeira diminuição de sua participação, pois em 2016 dos 66,8% candidatos negros

¹³ O entendimento sobre essa questão foi firmado na análise feita pelo plenário do TSE a partir de consulta formulada pela deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ).

participando do processo eleitoral, apenas 56,0% foram efetivamente eleitos. Em 2020 a situação eleitoral dos evangélicos negros foi um pouco melhor, pois dos 69,2% de candidaturas cerca de 66,1% foram eleitos.

A relação entre candidaturas e eleitos pode ser melhor interpretada através do cálculo da taxa de sucesso das candidaturas, onde pode-se observar de forma mais detalhada a aceitação das candidaturas por cada grupo racial entre os evangélicos.

Neste aspecto, tanto na eleição de 2016 quanto na de 2020, por mais que os candidatos evangélicos negros fossem maioria, a taxa de sucesso dos candidatos autodeclarados brancos foi superior em relação aos outros grupos raciais. Em 2020, enquanto a taxa de sucesso das candidaturas de evangélicos brancos foi de 9,7% entre os pardos foi de 6,3% e entre os pretos de 5,3%. Em 2020 essa diferença foi um pouco menor, mas, ainda assim com ligeira vantagem para as candidaturas de pessoas evangélicas autodeclaradas brancas, conforme tabela abaixo.

Isto significa que, do ponto de vista do sucesso eleitoral, as candidaturas de pessoas negras encontram maiores dificuldades para obter sucesso no empreendimento eleitoral e quanto mais escura é a cor da pele de um candidato, mais obstáculos se impõem para sua inserção no sistema eleitoral como representante da comunidade evangélica.

Silva, Souza e Moreira (2023) mobilizam o conceito de pigmentocracia para ilustrar a diferença entre pretos e pardos na esfera eleitoral. Para os autores a incidência do racismo também se manifesta de acordo com determinados traços físicos e com a tonalidade da cor da pele de determinada pessoa. Neste aspecto, essa ideia evidencia que aspectos fenotípicos como a textura do cabelo, formato do nariz, tonalidade da cor da pele, entre outros; também influenciariam no processo de discriminação, exclusão e preconceito, evidenciando que quanto mais escura é a tonalidade da pele ou mais características da raça negra uma pessoa carrega, mais o racismo se manifesta.

Tabela 4 – Candidatos e eleitos evangélicos segundo raça e taxa de sucesso

Cor/Raça	2016				Taxa de Sucesso	2020				Taxa de Sucesso
	Candidatos		Eleitos			Candidatos		Eleitos		
	Freq	%	Freq	%		Freq	%	Freq	%	
Branca	2392	32,6	233	43,5	9,7%	2627	29,0	156	32,6	5,9%
Parda	3863	52,7	245	45,7	6,3%	4705	52,0	247	51,7	5,2%
Preta	1033	14,1	55	10,3	5,3%	1551	17,2	69	14,4	4,4%
Outras	44	0,6	3	0,5	6,8%	164	1,8	6	1,3	3,7%
TOTAL	7332	100,0	536	100,0	7,3%	9047	100,0	478	100,0	5,3%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do TSE

2.4.3. A interseccionalidade entre gênero e raça nas candidaturas evangélicas.

O conceito de interseccionalidade procura descrever como diferentes formas de discriminação, opressão ou privilégio se cruzam e se sobrepõem na experiência de um indivíduo ou grupo. Essa ideia procurava destacar as interações entre racismo e sexismo enfrentadas por mulheres negras na vida social (SILVA, SOUZA e MOREIRA, 2023).

O conceito parte do princípio de que as pessoas não vivenciam discriminação ou privilégio apenas com base em uma única identidade (como raça, gênero, idade ou classe), mas, sim, de forma interseccional, considerando como essas categorias se combinam para criar experiências de exclusão.

Na desagregação dos dados, levando-se em consideração os marcadores da interseccionalidade entre gênero e raça, a pesquisa indicou que em relação aos indicadores de candidaturas, os negros compunham conjuntamente mais de 60% das candidaturas (soma de pretos e pardos), independentemente do gênero.

Entretanto, quando se compara o percentual de eleitos separados por grupo racial e por gênero, observa-se que a taxa de eleição dos candidatos brancos é bem maior em comparação com os negros, independentemente se o candidato é homem ou mulher.

Na eleição de 2016 as mulheres evangélicas representaram cerca de 34,7% das candidaturas deste grupo, mas responderam por 47,6% das eleitas. As pardas por sua vez representaram 52,4% das candidaturas, mas, os dados demonstram que somente 44,5% das mulheres pertencentes a este grupo foram eleitas. A mesma situação se verificou em relação as mulheres evangélicas autodeclaradas pretas que representaram cerca de 12,2% das candidaturas, mas elegeram apenas 6,3% das mulheres evangélicas em 2016.

Na eleição de 2020, os dados corroboram a suposição da incidência do racismo estrutural entre as candidaturas evangélicas, pois enquanto as mulheres evangélicas autodeclaradas brancas representaram cerca de 31,3% das candidaturas, entre as eleitas esse grupo elegeu cerca de 37,7% das mulheres para as Câmaras Municipais. As mulheres autodeclaradas pardas apresentaram situação um pouco melhor na eleição de 2020, pois representaram cerca de 50,9% das candidaturas com um percentual de 50,8% de eleitas. Entre as mulheres pretas a relação entre candidaturas e eleitas foi mais excludente, pois de um percentual de 16,2% de candidaturas, representaram somente 9,8% das eleitas.

Isto demonstra a clara vantagem das mulheres brancas em relação as pretas e pardas no processo eleitoral no interior da comunidade evangélica, o que indicaria que a incidência do

racismo estrutural se apresenta como um componente adicional para a exclusão da mulher negra evangélica das instâncias deliberativas.

Entre os evangélicos pertencentes ao gênero masculino a vantagem dos autodeclarados brancos também é evidente, pois este grupo na eleição de 2016 representou apenas 32,0% das candidaturas, mas elegeu cerca de 42,9% do total de homens eleitos. Os evangélicos autodeclarados pardos por sua vez representaram cerca de 52,8% das candidaturas, mas elegeram somente 45,9% dos homens. Entre os homens autodeclarados pretos a situação de exclusão permanece, pois de um total de cerca de 14,7% de candidatos, somente 10,8% se elegeram.

Na eleição de 2020 a exclusão derivada do pertencimento a comunidade negra também está demonstrada. Os evangélicos brancos representaram cerca de 28,1% das candidaturas, mas elegeram cerca de 31,9% de homens neste pleito. Os pardos participaram com 52,5% das candidaturas, mas elegeram 51,8%. Já entre os homens evangélicos autodeclarados pretos, estes representaram cerca de 17,5% das candidaturas masculinas, mas conseguiram eleger apenas 15,1%.

De qualquer forma, os dados confirmam a hipótese inicialmente levantada de que os evangélicos negros, independentemente de serem homens ou mulheres, apresentam maiores dificuldades para se eleger em relação aos brancos. Isto evidencia que mesmo entre a comunidade evangélica a cor da pele se apresenta como um marcador relevante de exclusão e acesso a cargos de poder político.

Tabela 5 - Distribuição percentual do total de candidatos evangélicos para os cargos de vereador no Brasil por gênero e raça. Eleições 2016 e 2020.

Raça \ Gênero	Candidatos (em %)				Eleitos (em %)			
	Feminino		Masculino		Feminino		Masculino	
	2016	2020	2016	2020	2016	2020	2016	2020
Branca	34,7	31,3	32,0	28,1	47,6	37,7	42,9	31,9
Parda	52,4	50,9	52,8	52,5	44,5	50,8	45,9	51,8
Preta	12,2	16,2	14,7	17,5	6,3	9,8	10,8	15,1
Outras	0,7	1,6	0,5	1,9	1,6	1,7	0,4	1,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

2.4.4. Candidaturas evangélicas segundo Escolaridade

Em relação a influência da escolarização na presença e eleição de pessoas evangélicas no processo eleitoral, a pesquisa partiu da hipótese de que a população evangélica apresenta um perfil com baixa escolarização.

De fato, os dados parecem dar acolhimento para esta suposição, pois entre as candidaturas evangélicas a grande maioria informou que possui apenas o ensino médio completo que apareceu na pesquisa com 39,3% em 2016 e 41,0% em 2020, sendo bastante reduzidos a parcela dos candidatos evangélicos que possuem o ensino superior (completo ou incompleto).

Entre os eleitos a mesma situação se manifesta, pois, tanto em 2016 quanto em 2020, aqueles que declaram possuir apenas o ensino médio se constituíram na maioria da representação evangélica nas Câmaras Municipais. Entre aqueles que declararam possuir o ensino superior completo, observa-se um ligeiro crescimento desse perfil em relação as candidaturas, mas, nota-se um déficit de escolarização entre os evangélicos no processo de representação em relação a outros grupos sociais.

Silva (2023) em sua dissertação de mestrado sobre a “representação de candidaturas negras no cenário político brasileiro” verificou que entre todos os vereadores eleitos em 2020 (distribuídos por raça) cerca de 23,8% em 2016 e cerca de 28,9% em 2020 possuíam o ensino superior completo¹⁴, ao passo que, entre os evangélicos esse percentual em 2016 situou-se em apenas 17,5% e em 2020 21,3%.

A provável explicação para a desvantagem de acesso ao ensino superior por parte de candidatos evangélicos pode estar relacionada a fatores históricos e culturais, pois, conforme vimos no capítulo anterior, a expansão das igrejas evangélicas no Brasil ocorreu principalmente entre as populações de baixa renda e residentes em áreas periféricas ou rurais, onde o acesso à educação formal, especialmente o ensino superior, era limitado.

Por outro lado, algumas vertentes evangélicas, especialmente as mais conservadoras, costumam adotar uma visão mais crítica ou desconfiada em relação a instituições seculares, como a escola, especialmente quando percebem que elas podem transmitir valores contrários à fé cristã, como teorias evolucionistas ou discussões sobre gênero.

Ademais, muitas igrejas evangélicas enfatizam soluções práticas e imediatas para os problemas sociais e econômicos enfrentados por seus fiéis. Essa abordagem pode priorizar o trabalho e a sobrevivência em detrimento do investimento a longo prazo em educação formal.

¹⁴ Foi calculada a média simples dos dados disponibilizados pela autora.

É válido destacar, entretanto, que a escolarização da população evangélica tem apresentado avanços nos últimos anos, especialmente entre o segmento neopentecostal, o que têm ajudado a aumentar os níveis de escolaridade nesse grupo. Muitas denominações religiosas, estão promovendo suas próprias instituições de ensino superior, como forma de atender às necessidades da comunidade de fé e oferecer uma alternativa ao ensino laico das universidades tradicionais.

Além de cursos teológicos, muitas dessas instituições oferecem graduações e pós-graduações em áreas diversas, mas com uma abordagem que integre princípios cristãos. Isso também ajuda a formar líderes capacitados que possam atuar tanto no mercado secular quanto nas igrejas e no sistema político.

Tabela 6 – Candidatos e eleitos Evangélicos segundo escolaridade

Escolaridade	Candidatos				Eleitos			
	2016		2020		2016		2020	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Lê e escreve	272	3,7	373	4,2	13	2,5	9	1,9
Fundamental completo	1306	17,8	1501	16,6	74	13,8	67	14,0
Fundamental incompleto	1392	19,0	1542	17,0	78	14,6	51	10,7
Médio Completo	2877	39,3	3708	41,0	228	42,5	213	44,6
Médio Incompleto	471	6,4	574	6,3	28	5,2	22	4,6
Superior completo	798	10,9	1076	11,9	94	17,5	102	21,3
Superior incompleto	216	2,9	273	3,0	21	3,9	14	2,9
Total	7332	100,0	9047	100,0	536	100,0	478	100,0

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do TSE

2.4.5. A interseccionalidade entre gênero e escolaridade entre as candidaturas evangélicas.

Numa avaliação da dimensão integrada entre gênero e escolaridade, os dados demonstram que as mulheres evangélicas que se lançam no mercado de votos apresentam padrões de escolarização superiores aos homens, tanto em relação as candidaturas quanto entre as eleitas.

Na eleição de 2016, avaliando somente as candidaturas, a maior proporção de homens e mulheres aparecem como possuindo o ensino médio completo. Entretanto, levando-se em consideração o percentual de candidatos com ensino superior, as mulheres apresentam ligeira vantagem, pois em 2016 enquanto cerca de 12,9% das mulheres declararam possuir o ensino superior e entre os homens esse percentual foi de 10,2. Em 2020, não há grandes alterações, pois cerca de 13,2% das candidaturas de mulheres se apresentaram como possuindo o ensino superior, já entre os homens esse percentual foi de apenas 11,4%.

Entretanto, a diferença mais significativa na comparação entre homens e mulheres em relação aos padrões de escolarização podem ser vistos quando avalia-se os dados dos eleitos. Neste aspecto, na eleição de 2016, entre as mulheres eleitas, cerca de 27,0% possuíam o ensino superior enquanto que entre os homens esse percentual foi de apenas 16,4%. Na eleição de 2020 essa diferença na escolarização entre homens e mulheres é ainda mais acentuada, pois cerca de 34,4% das evangélicas eleitas possuíam o ensino superior ao passo que, entre os homens evangélicos eleitos apenas 19,4% declararam possuir o ensino superior.

Essas considerações nos levam a confirmar a suposição de que mulheres apresentam padrões mais elevados em termos de qualificação educacional, mas enfrentam maiores dificuldades de inserção no mercado eleitoral em razão dos marcadores de exclusão a que as mulheres estão historicamente submetidas.

Dentro das igrejas, muitas mulheres enfrentam preconceitos e estereótipos que dificultam o acesso a cargos de lideranças e aceitação de sua presença como representante deste segmento político. Por outro lado, a sobrecarga das tarefas domésticas e do cuidado com a família, que ainda recai desproporcionalmente sobre as mulheres, pode limitar suas oportunidades de crescimento profissional, limitando suas oportunidades de ascensão na carreira política.

Tabela 7 - Distribuição percentual do total de candidatos evangélicos para os cargos de vereador no Brasil por gênero e raça. Eleições 2016 e 2020.

Gênero Escolaridade	Candidatos (em %)				Eleitos (em %)			
	Feminino		Masculino		Feminino		Masculino	
	2016	2020	2016	2020	2016	2020	2016	2020
Lê e escreve	3,4	4,6	3,8	3,9	0,0	0,0	2,7	2,2
Fundamental completo	17,0	13,8	18,1	17,7	11,1	9,9	14,2	14,6
Fundamental incompleto	17,8	16,7	19,4	17,2	6,3	3,3	15,6	11,8
Médio Completo	39,4	41,9	39,2	40,6	50,8	50,8	41,4	43,6
Médio Incompleto	6,6	6,2	6,4	6,4	1,6	0,0	5,7	5,3
Superior completo	12,9	13,2	10,2	11,4	27,0	34,4	16,4	19,4
Superior incompleto	2,9	3,6	2,9	2,8	3,2	1,6	4,0	3,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

2.4.6. Candidaturas evangélicas segundo faixa etária

Em relação a faixa etária, a pesquisa partiu da hipótese que os candidatos evangélicos em sua maior proporção possuem idade superior aos 40 anos de idade. Isto se estabelece pela suposição de que entre os evangélicos a ocupação de cargos de prestígio na hierarquia das igrejas, exige um certo tempo de vivência nas práticas religiosas, o que os torna mais confiáveis para

assumir cargos de responsabilidade na esfera política. Sua longa trajetória no interior da igreja pode demonstrar comprometimento com os valores e as obrigações pastorais defendidos pelas congregações.

De fato, olhando-se os dados referente a esta variável, a pesquisa identificou que a maior proporção dos candidatos evangélicos está situada na faixa etária entre 40 a 49 anos, vindo logo a seguir aqueles entre 50 a 59 anos. Essas duas faixas respondem conjuntamente por 66,4% dos candidatos em 2016 e 66,5% em 2020.

Os jovens (18 a 29 anos) são minoritários, pois responderam por apenas 3,6% das candidaturas em 2016 e por 2,6% em 2020. Índice muito inferior as demais faixas etárias, inclusive dos idosos (acima de 60 anos), que apesar de também se constituírem como um grupo minoritário, estão numa situação um pouco melhor, pois tiveram um percentual de candidaturas três vezes mais alto que os jovens.

Em relação aos eleitos quase não se percebe mudanças no perfil etário dos evangélicos, pois as faixas etárias entre 40 a 49 anos e 50 a 59 anos também são majoritárias, pois respondem conjuntamente por 65,3% dos eleitos em 2016 e 70,7% em 2020. Da mesma forma evangélicos jovens também se apresentam como uma porção minoritária entre os eleitos, assim como os idosos, que também são bastante reduzidos no processo eleitoral municipal.

Este fenômeno pode estar relacionado a características de permanência e confiabilidade, pois a experiência e tempo de dedicação as tarefas das igrejas são altamente valorizadas na hierarquia religiosa. Pessoas mais velhas, tendem a ter mais tempo para se dedicar às atividades da igreja, como reuniões, discipulado e aconselhamento, enquanto os jovens precisam compatibilizar as tarefas no interior das igrejas com atividades de formação educacional e profissional.

Neste aspecto os dados parecem confirmar a hipótese inicialmente levantada no desenho de pesquisa que informava que a eleição de evangélicos apresenta como característica marcante a maturidade dos candidatos e dos eleitos no processo competitivo.

Tabela 8 – Candidatos e eleitos Evangélicos segundo Faixa Etária

Faixa Etária	Candidatos				Eleitos			
	2016		2020		2016		2020	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
18 a 29 anos	266	3,6	239	2,6	13	2,5	6	1,3
30 a 39 anos	1561	21,3	1739	19,3	138	25,7	104	21,8
40 a 49 anos	2875	39,2	3342	36,9	208	38,8	196	41,0
50 a 59 anos	1992	27,2	2681	29,6	142	26,5	142	29,7
+ de 60 anos	638	8,7	1046	11,6	35	6,5	30	6,2
Total	7332	100,0	9047	100,0	536	100,0	478	100,0

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do TSE

2.4.7. Candidaturas evangélicas segundo estado civil

O estado civil geralmente é usado bastante para indicar os valores daqueles que se dizem defensores da família e da moralidade cristã. Por esta razão, a pesquisa partiu da hipótese de que entre os evangélicos há predominância de pessoas casadas.

De fato, os indicadores evidenciados na tabela abaixo parecem dar suporte para essa suposição, pois tanto em 2016 quanto em 2020 os evangélicos casados são maioria entre os candidatos em 83,2% em 2016 e 81,9% em 2020.

Quando se olha os dados apenas dos eleitos, os casados aumentam a taxa de participação, pois em 2016 representaram cerca de 89,9% dos evangélicos vitoriosos e 90,4% em 2020.

Isto acontece devido à valorização do casamento entre os evangélicos, pois a instituição do matrimônio é amplamente promovida dentro das igrejas como um ideal de vida cristã, baseado em passagens bíblicas que exaltam a união conjugal como um propósito divino. Neste aspecto, a família é vista como o núcleo central para a formação espiritual e moral dos fiéis.

No estilo de vida valorizado no interior das igrejas, ser casado é muitas vezes visto como um sinal de estabilidade e comprometimento com os valores cristãos, o que pode levar a um incentivo social para o casamento. Ser casado neste sentido se apresenta como um modelo a ser seguido, reforçando o matrimônio como um padrão desejável e valorizado segundo os preceitos bíblicos.

Tabela 9 – Candidatos e eleitos Evangélicos segundo Estado Civil

Estado Civil	Candidatos				Eleitos			
	2016		2020		2016		2020	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Solteiro	844	11,6	1071	11,8	29	5,4	31	6,5
Casado	6102	83,2	7413	81,9	482	89,9	432	90,4
Separado/divorciado	282	3,8	430	4,8	18	3,4	13	2,7
Viúvo	104	1,4	133	1,5	7	1,3	2	0,4
Total	7332	100,0	9047	100,0	536	100,0	478	100,0

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do TSE

2.4.8. Candidaturas evangélicas segundo ideologia partidária

Uma das hipóteses levantadas pela pesquisa fazia referência ao fato, já indicado na literatura, de que os candidatos evangélicos se identificam com pautas defendidas preferencialmente pelos partidos de direita. Por esta razão, a maioria dos candidatos provenientes de congregações religiosas evangélicas se candidatam e se elegem por partidos vinculados ao campo da direita¹⁵.

Neste aspecto, de acordo com os dados disponibilizados pelo TSE, pode-se perceber que esta hipótese faz bastante sentido, pois na eleição de 2016 cerca de 63,5% dos candidatos concorreram por partidos alinhados ao campo da direita, sendo que em 2020 esse percentual foi um pouco maior representando cerca de 67,1% do total de candidaturas.

Em relação aos eleitos essa situação não sofreu alterações, pois cerca de 61,7% do total de eleitos em 2016 disputaram as eleições por partidos de direita, sendo que em 2020 esse percentual chegou a 66,7%

Isto acontece porque o campo da esquerda na esfera política, sempre foi associada a defesa de pautas progressistas, como direitos reprodutivos, legalização de drogas e casamento igualitário, sendo frequentemente vista como uma ameaça às crenças religiosas conservadoras pautadas nas leituras deturpadas das Sagradas Escrituras.

¹⁵ Para efeito desta pesquisa, a classificação ideológica dos partidos foi inspirada em Tarouco e Madeira (2013)¹⁵ e Bolognesi et al. (2023). Foram feitas algumas atualizações em razão do surgimento de novas legendas, fusões e incorporações de partidos ocorridas nas últimas décadas: ESQUERDA: PT; Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU); PSOL; Partido Socialista Brasileiro (PSB); Partido Republicano da Ordem Social (PROS); PMN; PDT; Partido da Causa Operária (PCO); PC do B (PPL); REDE. CENTRO: PMDB; PSDB; PV; CIDADANIA (PPS/PCB). DIREITA: Solidariedade (SD); Patriota; Podemos (PTN); Partido Trabalhista Cristão (PTC); PTB; Avante (PT do B); PSL; PSDC/DC; Partido Social Democrático (PSD); PSC; Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB); PRP; PRB; PR; PP; PHS; PL, Partido Ecológico Nacional (PEN); DEM. NOVO; PMB.

A polarização política ocorrida após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, acentuou essa oposição, com setores evangélicos percebendo a esquerda como promotora de uma "desconstrução moral" ou de uma agenda antirreligiosa. Neste contexto, líderes de igrejas evangélicas frequentemente utilizam sermões e discursos públicos para criticar partidos de esquerda, associando-os a ideologias como o comunismo e o socialismo, que são retratados como antagônicos à liberdade religiosa e à prática cristã.

Singer (2012) observa que a relação entre evangélicos e os partidos de esquerda, particularmente com o PT, foi se deteriorando ao longo do tempo. O autor observa que o partido ao desempenhar centralidade na política nacional falhou em dialogar com os evangélicos em questões morais e culturais, deixando espaço para a direita explorar essa base eleitoral.

Almeida (2019) em suas análises sobre religião e política, explora como o conservadorismo moral das igrejas evangélicas influencia a política brasileira, abordando a proximidade entre evangélicos e partidos de direita. Neste aspecto, há a defesa do argumento de que o conservadorismo moral e a percepção de ameaça a valores cristãos foram amplificadas por discursos da direita.

Ademais, o avanço das igrejas neopentecostais e seu discurso da prosperidade econômica atrelado a moralidade religiosa, são fatores que possibilitaram a aproximação das lideranças religiosas com os partidos que defendem pautas conservadoras, especialmente aqueles vinculados ao campo da direita.

Por outro lado, apesar de tímido, é possível evidenciar que alguns candidatos autodeclarados evangélicos concorrem e se elegem por partidos de esquerda. Isso acontece porque há dentro do movimento evangélico lideranças e grupos que defendem pautas progressistas e têm buscado alinhar-se com partidos de esquerda.

Segundo dados do ISER (2021) diversos movimentos evangélicos estão se organizando para se contrapor a instrumentalização política da fé por diversos segmentos neopentecostais. Desta forma grupos como: Cristãos Contra o Fascismo, Movimento pela Bancada Evangélica Popular, Frente Evangélica pelo Estado de Direito, Evangélicas pela Igualdade de Gênero, Evangélicos pela Diversidade, entre outros, tem se mostrado contrários a mobilização do eleitorado evangélico na defesa de pautas conservadoras e tem se disponibilizado a disputar o eleitor dentro das congregações e incluir no debate pautas de garantia dos direitos sociais e da inclusão dos pobres nas políticas públicas, que não são consideradas nas argumentações dos grupos conservadores.

Estes segmentos reconhecem a importância de políticas públicas de combate à desigualdade, como os programas sociais implementados por governos de esquerda como o Bolsa Família, moradia popular, luz para todos, entre outros. Essas pautas têm ressonância em comunidades evangélicas de baixa renda, especialmente no norte e nordeste do Brasil.

Tabela 10 – Candidatos e eleitos Evangélicos segundo Ideologia Partidária

Estado Civil	Candidatos				Eleitos			
	2016		2020		2016		2020	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Esquerda	1506	20,5	1554	17,2	98	18,3	72	15,1
Centro	1176	16,0	1420	15,7	107	20,0	87	18,2
Direita	4650	63,5	6073	67,1	331	61,7	319	66,7
Total	7332	100,0	9047	100,0	536	100,0	478	100,0

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do TSE

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A motivação para esta pesquisa estava na reflexão sobre a participação de candidatos evangélicos na disputa eleitoral e as diferenças entre homens e mulheres no processo político que possibilitasse entender os papéis dos gêneros na esfera política.

Entre a comunidade evangélica, e mesmo na sociedade em geral, existem normas de comportamento que reforçavam papéis diferenciados entre homens e mulheres, baseadas em uma moralidade cristã que coloca a mulher em posição de subordinação em relação aos homens.

Por outro lado, variáveis de identificação social possibilitam entender as diferenças encontradas entre as candidaturas evangélica a partir da interseccionalidade entre raça e gênero. Neste aspecto, a pesquisa procurou evidenciar a existência (ou não) de desigualdades de gênero e raça, que reforçam barreiras ao acesso e à participação dessas mulheres em espaços de poder, influência e visibilidade

Para construção de evidências, a partir dos dados eleitorais que marcaram a disputas para as câmaras de vereadores nos diversos municípios do país, a pesquisa procurou comparar algumas variáveis componentes do perfil social e político dos candidatos evangélicos e sua interseccionalidade com marcadores de raça e gênero.

Para estabelecer padrões comparativos entre jovens e idosos o estudo partiu da seguinte problematização: **Qual o perfil sociopolítico dos candidatos evangélicos no Brasil que atuam no poder local e a interseção deste perfil com marcadores de raça e gênero?**

Na tentativa de responder este questionamento, a pesquisa partiu de cinco hipóteses principais:

- 1) Os candidatos evangélicos na esfera local apresentam um perfil social com baixa escolaridade, com maior proporção de negros, idade acima de 40 anos, e casados.
- 2) As mulheres evangélicas estão sub-representadas em relação evangélicos do gênero masculino.
- 3) evangélicos negros e negras encontram maiores dificuldades para se eleger em relação aos evangélicos brancos.
- 4) Mulheres evangélicas possuem padrões mais elevados de escolarização em relação aos homens;
- 5) As maiores proporções de candidatos evangélicos concorrem e se elegem por partidos de direita.

Para estabelecer padrões comparativos a partir dos dados do perfil sociopolítico das candidaturas (gênero, raça, escolaridade, faixa etária, estado civil e ideologia partidária) a pesquisa se valeu dos dados agregados disponíveis no Tribunal Superior Eleitoral, analisando – se tanto o total das candidaturas quanto apenas os eleitos.

O modelo de análise utilizado para a comparação entre homens e mulheres evangélicas a partir da interseccionalidade entre raça e gênero foi o método descritivo, que procura descrever a existência de variações entre características de um determinado conjunto de dados, estabelecendo relações de proporcionalidade na diferenciação entre os marcadores selecionados, de forma a observar discrepâncias ou convergências entre os valores das variáveis componentes de um mesmo fenômeno, no caso as diferenças entre homens e mulheres a partir dos marcadores do perfil sociopolítico das candidaturas e dos eleitos, divididos por raça e gênero.

A partir desta metodologia que procurou testar as hipóteses inicialmente levantadas, analisando a relação das variáveis relativas ao perfil das candidaturas evangélicas numa comparação entre homens e mulheres, chegou-se as seguintes conclusões:

A hipótese que indicava que os candidatos evangélicos apresentam um perfil social com baixa escolaridade, com maior proporção de negros, idade acima de 40 anos, e casados foi efetivamente confirmada, pois, os dados indicaram que entre os evangélicos, tanto entre homens quanto entre as mulheres, há maior predominância de negros, que apresentam certa maturidade no desenvolvimento das atividades dentro das igrejas e com um grande contingente de pessoas casadas.

Em relação a segunda hipótese que indicava que entre as candidaturas evangélicas as mulheres estão sub-representadas também foi confirmada, pois os dados deram sustentação para esta premissa, inclusive foi demonstrado que as mulheres evangélicas estão mais apartadas da representação do que as mulheres não evangélicas.

Em relação a hipótese que informava que os evangélicos negros e negras encontram maiores dificuldades para se eleger em relação aos evangélicos brancos também foi confirmada, pois os dados demonstraram que, por mais que quantitativamente os negros sejam maioria entre os candidatos e entre os eleitos, a taxa de sucesso de uma candidatura negra é significativamente menor quando comparada as candidaturas de pessoas brancas, independentemente do gênero do candidato.

Em relação a hipótese que demonstrava que as mulheres evangélicas possuem padrões mais elevados de escolarização em relação aos homens também foi confirmada, pois os dados

revelaram um padrão de acesso ao ensino superior para as mulheres evangélicas bastante superior aos homens, por mais que este critério não seja suficiente para incluir as mulheres nas arenas de representação.

Por fim, a última hipótese levantada fazia referência a ideologia partidária, indicando que as maiores proporções de candidatos evangélicos concorrem e se elegem por partidos de direita. Neste aspecto a pesquisa concluiu pela validade desta premissa, pois os dados demonstraram que entre os evangélicos a grande maioria dos candidatos e dos eleitos estavam inseridos nos partidos pertencentes ao campo da direita.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Mateus Barbosa Gomes. **Eleições e Religião - Abuso de Poder Religioso nas Eleições**. Curitiba: Ed. Juruá, 2020
- ALMEIDA, Ronaldo de. **A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo**. cadernos Pagu, nº 50, 2017
- ALVES, José Eustáquio Diniz. **O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro**. EcoDebate, 31 out. 2018. Disponível em: Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2018/10/31/o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em: 10/03/2019.
- ARAGÃO FILHO, Iran Lima. **Religião e gênero: o imaginário sobre o lugar da mulher na igreja neopentecostal**. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de PósGraduação em Ciências da Religião, 2011 (Dissertação de mestrado).
- AVRITZER, Leonardo. **O pêndulo da democracia**. São Paulo: Editora 34, 2019.
- AVRITZER, Leonardo. **Operação Lava Jato e degradação institucional**. In: KERCHE, Fábio e FERES JÚNIOR, João. Operação Lava Jato e a Democracia Brasileira. São Paulo: Ed. Contracorrente, 2018
- BAPTISTA, Saulo. **Pentecostais e neopentecostais na política brasileira** São Paulo, Annablume, 2009.
- BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: Razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- BOHN, Simone R. **Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral**. Revista Opinião Pública, Campinas, Vol. X, nº 2, Outubro, 2004.
- BORGES, T. D. P. **Representação Partidária e a Presença dos evangélicos na Política Brasileira**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Programa de Pós-graduação de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 2013.
- BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. Sergio Miceli (org.). São Paulo: Perspectiva, 2005
- CARNEIRO, L. P. **Cultura cívica e participação política entre evangélicos**, in Rubem César Fernandes e t al. (orgs.), Novo nascimento: os evangélicos, na igreja, em casa e na política Rio de Janeiro, Mauad, vol.1, 1998.
- CARRANZA, Brenda. **Catolicismo midiático**. Aparecida: Editora Ideia & Letras, 2011
- CARREIRO, Renato Fortes. **A diversidade da população no Brasil e suas particularidades**. Revista Comunidades, Nº 17, v.1, 2017.

CERVI, Emerson Urizzi & NEVES, Daniela Silva. **Eleições municipais e crise nacional: disputas eleitorais no Brasil de 2016**. Revista Sociedade e Estado – Volume 34, Número 2, Maio/Agosto 2019.

CORTEN, André. **Os Pobres e o Espírito Santo: o pentecostalismo no Brasil**. Editora Vozes, 1996.

COSTA, Otávio Barduzzi Rodrigues da. O papel da mulher no meio pentecostal: novíssimas relações de gênero nas Assembleias de Deus. Caderno de Gênero e Tecnologia., v.9, n. 33, p. 60-76, 2016.

FERNANDES, R. C. **Novo nascimento**. Rio de Janeiro, ISER/Mauad, 1998.

FRANCO, Eduardo Assunção. **Progressismo e conservantismo no discurso da igreja católica: análise dos editoriais do jornal de opinião de 1989, 1999 e 2009**. Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, da Faculdade de Letras, da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006 (Dissertação de Mestrado).

FRESTON, Paul. **Breve história do pentecostalismo brasileiro**. In: ANTONIAZZI, Alberto et all. Nem anjos nem demônios. Interpretações sociológicas do Pentecostalismo. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 67-159.

FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment**. Campinas: Departamento de ciências Sociais, Universidade Estadual de \campinas, 1993 (Tese de doutorado)

FRESTON, Paul. **Protestantismo e democracia no Brasil**. Editora Lusotopie, 1999.

GONZALEZ, Keila Patrícia. **A renovação carismática católica: continuidades e rupturas no catolicismo brasileiro (1969-2005)**. Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, 2006 (Dissertação de mestrado).

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 2. Trad. Carlos N. Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 334 p

HOYLER, Telma e MARQUES, Eduardo. **Política local e coordenação intrapartidária nas dobradas eleitorais paulistanas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. vol. 38, nº 111, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acessado em: 31 Jul. 2020.

ISER. Instituto de Estudos Religião. **Boletim Comunicações**. 2021. Disponível em: <https://www.iser.org.br/publicacoes>.

LACERDA, Fábio. **Pentecostalismo, eleições e representação política no Brasil contemporâneo**. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, departamento de Ciência Política, 2017 (Tese de doutorado).

- LIMA, Lunara Farias **A religião institucionalizada no congresso nacional: uma análise das frentes parlamentares evangélica e católica e candidaturas de identidade religiosa e o abuso do poder religioso nas eleições 2018 e 2022**. Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito, 2023.
- LIONÇO, Tatiana. **Psicologia, Democracia e Laicidade em Tempos de Fundamentalismo Religioso no Brasil**. Psicologia: Ciência e Profissão, 2017 v. 37 (núm. esp.),
- LIPSET, Seymour Martin. **O Homem Político (Political Man)**. Zahar editores, 1967
- LÖWY, Michael. **O que é Cristianismo da Libertação: religião e política na América Latina**. 2. ed., São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Expressão Popular, 2016.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. **Política e Religião: a Participação dos Evangélicos nas Eleições**. São Paulo: editora FGV, 2006.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. **Religião e Política no Brasil contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos**. Rio de Janeiro: Revista Religião e Sociedade, n. 35(2), 45-72, 2015
- MACHADO, Maria das Dores Campos. **Representações e relações de gênero nos grupos pentecostais**. Estudos Feministas, 13(2): 256, 2005, p. 385-396.
- MAGLIA, Cristina. **Novos partidos de direita no Brasil (1990 – 2018): ideologia, estrutura institucional e mercado eleitoral**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Ciência Política, 2020 (tese de doutorado).
- MARIANO, Ricardo & GERARDI, Dirceu André. **Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores**. Revista USP, São Paulo: n° 120 p. 61-76, 2019.
- MARIANO, Ricardo. **Análise sociológica do crescimento pentecostal no Brasil**. Tese de Doutorado em Sociologia defendida na USP, São Paulo, 2002.
- MARIANO, Ricardo. **Expansão e ativismo político de grupos evangélicos conservadores Secularização e pluralismo em debate**. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, vol. 16, 2016
- MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola;1999.
- MARIZ, Cecília L. **Copying with Poverty: Pentecostals and Christian Base Communities in Brazil**. Philadelphia: Temple University Press. 1994.
- MARTINS, Breno Ramos Guimarães. **A relação igreja e partido no Brasil: o caso da igreja universal com o partido republicanos**. Populus, revista jurídica da escola judiciária da Bahia, n° 10, jun. 2021
- MIRANDA, Marcos de Alencar. **Violência de gênero e a dominação masculina em nome de Deus: Reflexões a partir da moralidade neopentecostal**, Faculdade Unida de Vitória, Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, 2018 (Dissertação de mestrado).

MIRANDA, Maressa da Silva. **Reconhecimento e secularização: a relação entre Estado, Igreja, política e religião e a construção da laicidade brasileira.** Universidade Federal de Minas Gerais, programa de Pós-graduação em Ciência Política, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2017 (Tese de doutorado).

NAGY, André Rodrigues e SOMAIN, René. **Ensinos das eleições municipais de 2016 no Brasil.** Confins, revista franco-brasileira de geografia, nº 30, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/11872?lang=pt>

NETTO, Gabriela Figueiredo e SPECK, Bruno. **O dinheiro importa menos para os candidatos evangélicos?.** Revista Opinião Pública, Campinas, vol. 23, núm. 3, pp. 809-836, 2017.

NOLL, Maria Izabel; LEAL, Carine de Souza. **A Política local na construção da carreira política: o caso dos vereadores (São Paulo, Fortaleza e Porto Alegre).** 6º Encontro da ABCP. Campinas, 2008.

NOVAES, Regina. **A divina política: notas sobre as relações delicadas entre religião e política.** Revista da USP, 49: 60-81, 2001.

OLIVEIRA, Adriano. **Os recados das eleições municipais de 2016.** Revista Observatório, v. 3 n. 1, 2017.

ORO, Ari Pedro. **Religião e política nas eleições 2000 em Porto Alegre (RS).** Debates do NER, ano 2(3). Porto Alegre, UFRGS, 2001.

ORO, Ari Pedro; Alves, D. **As bases da nova direita.** *Novos Estudos* nº 19, CEBRAP, São Paulo, 1987

_____. **A política da igreja universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiro.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.18, nº 53, 2003.

ORO, Ari Pedro; Alves, D. **Renovação Carismática Católica e Pentecostalismo Evangélico: convergências e divergências.** *Debates do NER*, vol. 30, Porto Alegre, UFRGS, 2016.

PEDDE, Valdir. **A percepção dos fiéis pentecostais quanto ao envolvimento de suas denominações na atividade política.** Debates do NER, ano 5(6). Porto Alegre, UFRGS, 2004.

PEREIRA, José Carlos. **Operários da Fé.** São Paulo: Matriz, 2023. 240p.

PERISSINOTTO, Renato Monseff e MIRÍADE, Angel. **Caminhos para o Parlamento: Candidatos e Eleitos nas Eleições para Deputado Federal em 2006.** DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 52, no 2, 2009, pp. 301 a 333

PIERUCCI, A E PRANDI, R. **A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política.** São Paulo, Hucitec, 1996.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte.** In: A. F. Pierucci; R. Prandi. A realidade social das religiões no Brasil. Religião, sociedade e política São Paulo: Hucitec, 1996.

PIQUET, L. **Cultura cívica e participação política entre evangélicos.** In: <https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lasa97/carneiroport.pdf>

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis; MADEIRA Rafael Machado. **Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil.** OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 24, nº 3, set.-dez., p. 486-522, 2018.

RITZ, Claudia Danielle de Andrade. **Pessoas sem religião com crença: A urbanização e a fragilização da herança religiosa.** REVER, São Paulo, v. 23, nº 2, 2023

SALES, Bismark Junior Martins; SILVA, Francisco Gladson da & TEXEIRA, Mateus da Silva. **Teologia da Prosperidade Como Instrumento de Mercantilização da Fé.** Revista de Ciências Sociais, Volume 27 - Edição 127, out 2023

SANTOS, Suzy; CAPPARELLI, Sérgio. **Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito** In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (Org.) . Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia. 1 ed. São Paulo : Paulus, 2005, v.1, p. 77101.

SILVA, G. T. **O Brasil ao pé da cruz: notas sobre a representação política de pentecostais e neopentecostais.** Revista Pensamento Plural, nº 17, 2015.

SILVA, Mariana Costa da. **A representação de candidaturas negras no cenário político brasileiro: um estudo das eleições municipais de 2016 e 2020.** Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2023 (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Mariana Costa; SOUZA, Carlos Augusto da Silva; MOREIRA, Jade Neves. **A Representação de Mulheres Negras na Política Brasileira: um estudo da interseccionalidade entre raça e gênero nas eleições municipais de 2016 e 2020.** Revista Gênero na Amazônia, v. 1, p. 105-124, 2023.

SINGER, André. **O Lulismo em Crise: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016).** São Paulo: Companhia das Letras, 2018

STEIL, Carlos Alberto. **Eleições, voto e instituição religiosa.** Debates do NER, Porto Alegre, ano 2, n.3, setembro de 2001

VELOSO, Isabel. **Religião e política: como Bolsonaro se tornou o candidato dos evangélicos.** Época, Rio de Janeiro, Editora Globo, 8/10/2018. Disponível em: <<http://www.ipuemfoco.com.br/2018/10/religiao-x-politica-como-bolsonaro-se.html>>. Acesso em: 8 abr. 2021.

VITAL DA CUNHA, Christina. **Irmãos contra o Império: evangélicos de esquerda nas eleições 2020 no Brasil.** Debates do NER, Porto Alegre, ano 21, n. 39, p.13-80, 2021.

XAVIER, Donizete. **Teologia do domínio: a influência religiosa e o perigo da imagem do caos.** Teocomunicação, Revista da Teologia da PUCRS, Porto Alegre, v. 54, n. 1, p. 1-11, jan.-dez. 2024.